

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA de SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
(Unidade Disciplina Trabalho)
Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais



**ATELIER TRIPARTIDO DE REFORÇO DAS CAPACIDADES
NACIONAIS PARA A PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO DO
EMPREGO DIGNO NOS DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS
ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO SUL-SUL**



HOTEL PRAIA 8 - 10 DE SETEMBRO 2014

CIDADE DE S.TOMÉ

Lista de Abreviaturas

<i>ATD</i>	<i>Agenda de Trabalho Decente</i>
<i>CCIAS</i>	Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços
<i>CEB</i>	Conselho Executivo de Coordenação das Nações Unidas
<i>CPLP</i>	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<i>ECOAR</i>	Educação Comunicação e Arte na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
<i>ECOSOC</i>	Conselho Económico e Social das Nações Unidas
<i>ETD/BP</i>	Equipa de Trabalho Digno/ Bureau País
<i>ENRP</i>	Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
<i>HLCP</i>	Comité de Alto Nível sobre Programas
<i>OIT</i>	Organização Internacional do Trabalho
<i>ONU</i>	Organização das Nações Unidas
<i>ONTSTP-CS</i>	Organização Nacional dos Trabalhadores de São Tomé e Príncipe – Central Sindical
<i>ORP</i>	<i>Observatório de Redução da Pobreza</i>
<i>PNUAD</i>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<i>PMA</i>	Países Menos Avançados
<i>PAMD</i>	Países Africanos Menos Desenvolvidos
<i>PPTD</i>	Programa-País para Trabalho Decente
<i>UGT-CS</i>	União Geral dos Trabalhadores de São Tomé e Príncipe
<i>UNCT</i>	Equipa do País do Sistema das Nações Unidas
<i>UNDAF</i>	Quadro das Nações Unidas para a Assistência ao Desenvolvimento
<i>STP</i>	<i>São Tomé e Príncipe</i>

Índice

Lista de Abreviaturas.....	1
1. CONTEXTO E O ÂMBITO DA AGENDA DO TRABALHO DECENTE	3
2. ENCONTROS PREPARATÓRIOS	3
3. OBJETIVOS DO ATELIER.....	4
4. METODOLOGIA.....	5
5. CERIMÓNIA DE ABERTURA	6
6. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS	7
Sessão 1:	7
Sessão 2:	7
Sessão 3:	8
Sessão 4:	9
7. CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO	9
8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	10
9. ANEXOS	12
Anexo 1 – Programa do Atelier	12
Anexo 2 – Lista de Participantes	14
Anexo 3 – Discursos de Abertura.....	15
Anexo 4 – Apresentações do 1º dia e da manhã do 2º dia.....	21
Anexo 5 – Resultados dos Trabalhos de grupo do 2º Dia	43
Anexo 7 – Resultados dos Trabalhos de grupo do 3º Dia: Esboço de possíveis programas conjuntos.....	46
Anexo 8 – Cooperação Sul-Sul e Triangular na CPLP. Próximos passos. O sítio “cebt toolkit.org”	49
Anexo 9 – Apresentação de exemplos de boas práticas pela delegação de Cabo Verde	51
Anexo 10 – Discursos de encerramento	53
Anexo 11 – Fotos.....	58

1. CONTEXTO E O ÂMBITO DA AGENDA DO TRABALHO DECENTE

O trabalho decente foi definido pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) como trabalho produtivo para mulheres e homens em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. A Agenda do Trabalho Decente (ATD) é uma abordagem equilibrada e coerente para alcançar os objetivos do emprego pleno e produtivo e do trabalho digno para todos, a todos os níveis, do global ao local. Todos os membros da OIT aprovaram a ATD através da Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa, adotada pela 97ª Conferência Internacional do Trabalho em Junho de 2008.

Na Cimeira Mundial de 2005 da Assembleia Geral das Nações Unidas, os Chefes de Estado e de Governo de mais de 150 países acordaram e comprometeram-se a apoiar “firmemente uma globalização justa e assumir os objetivos do emprego pleno e produtivo e do trabalho digno para todos, incluindo as mulheres e os jovens, um objetivo fulcral das nossas políticas nacionais e internacionais pertinentes, bem como das nossas estratégias nacionais de desenvolvimento, incluindo as estratégias de redução da pobreza, como parte dos esforços para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio”. Este compromisso foi reiterado em 2006 pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), através da sua Declaração Ministerial, em que o ECOSOC reafirmou o compromisso da comunidade internacional com o emprego e o trabalho decente.

Neste sentido, foi solicitado à Organização Internacional do Trabalho (OIT) que assumisse a liderança no desenvolvimento de um Guia Prático de Integração do Emprego e do Trabalho Decente. A OIT, sob a orientação do Comité de Alto Nível sobre Programas (HLCP), em colaboração com as agências interessadas e em consulta com todas as agências do Conselho Executivo de Coordenação das Nações Unidas (CEB), redigiu e reviu o referido Guia, o qual foi adotado pelo CEB na sua sessão de Abril de 2007.

São Tomé e Príncipe foi integrado no projecto CEB Toolkit, tendo em conta que, se encontra no início de implementação do PPTD, que o UNDAF 2012-2016 acaba de ser revisto e que no próximo ano iniciará o processo de programação de um novo ciclo 2017-2021.

Por outro lado, essa iniciativa inscreve-se no âmbito da Cooperação Sul-Sul, aproveitando a experiência de Cabo Verde e a facilidade da transferência de conhecimentos e boas práticas entre os estados membros da CPLP.

2. ENCONTROS PREPARATÓRIOS

Na semana anterior à realização do *atelier* (1 a 5 de Setembro) foram realizados encontros preparatórios com as seguintes individualidades: Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe; Ministra da Saúde e dos Assuntos

Sociais; Câmara do Comércio Indústria, Agricultura e Serviços - CCIAS; Conselho de Concertação Social; Centrais Sindicais; Direção e Inspeção Geral do Trabalho e Direção Geral do Planeamento do Ministério do Plano e Finanças.

O primeiro encontro realizado foi com o Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas, Eng.º José Salema, que se mostrou muito interessado no instrumento (CEB Toolkit), na questão de sensibilização/utilização do mesmo e no desenho de programas conjuntos. As suas expectativas relativamente a este momento de trabalho, são elevadas, não tanto no imediato (no sentido de ter resultados práticos para este ano ou início do próximo), mas numa perspetiva de planeamento a médio prazo. Na reunião do UNCT que antecedeu a realização do *atelier*, o evento foi um dos tópicos da agenda de trabalho e o Coordenador Residente, instou todas as agências presentes a participarem no mesmo.

Relativamente à Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais, foi-lhe feito um briefing sobre a atividade que iria ser realizada, como complemento à correspondência enviada previamente pelo Coordenador Residente com informação sobre o *atelier* e o convite para a Sra. Ministra presidir ao mesmo.

Nos encontros realizados com o Presidente e o Secretário-geral da CCIAS, os Presidentes das Centrais Sindicais ONTSTP-CS e UGT-CS e com o Presidente do Conselho de Concertação Social, todos se mostraram interessados na realização da atividade, embora com alguma reserva no que toca à ligação com outras agências do SNU e nalguns casos com o próprio governo, dado que até agora nunca foram chamados a participar em outras atividades das Nações Unidas além daquelas lideradas pela OIT. Esta atividade do CEB Toolkit poderá ser um ponto de partida para relançar estas comunicações e começar a integrar os mandantes da OIT no planeamento e acompanhamento que é feito ao nível nacional para o UNDAF. Relativamente aos parceiros Sociais já se começou a fazer sensibilização para que os mesmos sejam tidos em consideração sempre que possível, nas acções organizadas pelo SNU.

No que se refere ao encontro com a Direção Geral do Trabalho e Inspeção Geral do Trabalho, a Diretora do Trabalho mostrou-se muito empenhada na participação, principalmente como forma de conseguir fazer avançar as intervenções previstas no PPTD. O Inspetor Geral do Trabalho comprometeu-se a participar no evento.

Finalmente, na Direção Geral do Planeamento: o Diretor e o ponto focal indigitado para a ligação a um dos grupos de trabalho do UNDAF mostraram interesse em relação ao PPTD e realçaram a importância da promoção do emprego e do trabalho digno no país, bem como a necessidade de ligação com outras intervenções e parceiros.

3. OBJETIVOS DO ATELIER

O *Atelier* tripartido de reforço das capacidades nacionais para a promoção e integração do emprego digno nos documentos estratégicos nacionais, tem como objetivos:

- Estimular a discussão e integração das questões de emprego digno dentro do diálogo da Equipa das Nações Unidas, decisores políticos nacionais, parceiros sociais bem como ao nível dos documentos estratégicos nacionais, particularmente o UNDAF;
- Identificar áreas/pistas de programação conjunta que tenham como plano de fundo as questões de emprego e trabalho digno;
- Definir o apoio conjunto que as Nações Unidas podem trazer para a promoção do trabalho digno;
- Reforçar a Cooperação Sul-Sul, através do intercâmbio de experiências e boas práticas entre Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

4. METODOLOGIA

O atelier realizou-se de acordo com a seguinte metodologia:

- Apresentações em plenário
- Trabalhos de Grupo
- Restituição dos trabalhos realizado em grupo e discussão em plenário

Os trabalhos desenvolveram-se em quatro sessões, de acordo com o programa (*Anexo 1*) e com a seguinte linha de desenvolvimento:

- i) Apresentação do guia prático e dos seus objetivos, fazendo uma referência especial ao trabalho efetuado ao nível do combate ao trabalho infantil e da Cooperação Sul-Sul. Partilha dos parceiros de Cabo Verde sobre como decorreram os trabalhos do *atelier* naquele país e as principais conclusões alcançadas.
- ii) Apresentação dos 3 documentos principais que orientarão os trabalhos – UNDAF, o PPTD (Programa País de Trabalho Digno) e a Estratégia de Redução da Pobreza de STP II.
- iii) Foi proposto um exercício concreto de aplicação do guia prático a 4 sub-temáticas específicas com o intuito de se compreender como se chegou até ao trabalho de análise que seria posteriormente apresentado.
- iv) Apresentação das principais conclusões e recomendações que resultam da análise do UNDAF utilizando o CEB Toolkit. Partindo desta apresentação, trabalhou-se em plenária a definição das áreas de possível intervenção prioritária para a promoção do trabalho digno no país.
- v) Após a definição de 3 áreas prioritárias de possível intervenção passou-se a um segundo trabalho de grupo, cuja proposta seria a de definir possíveis programas conjuntos nas áreas identificadas de entre as prioridades de intervenção do SNU no país.

- vi) Apresentação dos conceitos da Cooperação Sul-Sul e Triangular e para a identificação dos próximos passos a desenvolver após o *atelier*, nomeadamente nas possibilidades de intervenção Sul-Sul.
- vii) Nova intervenção da delegação de Cabo Verde no sentido de identificar pontes e temáticas específicas de possível Cooperação Sul-Sul através de exemplos de intervenções já conduzidas no país, ou seja, boas práticas que poderiam ser replicadas em São Tomé e Príncipe.
- viii) Para concluir, breve apresentação do *site* do CEB Toolkit para sua posterior utilização.

A lista dos participantes encontra-se no **Anexo 2**.

Para melhor orientação dos trabalhos fez-se uma breve apresentação sobre os objetivos do *atelier* e das principais ferramentas de trabalho (**Anexo 4**) e estabeleceram-se algumas regras básicas que os participantes deveriam respeitar, nomeadamente:

- Pontualidade
- Assiduidade
- Pedir a palavra antes de intervir
- Respeitar as ideias dos colegas
- Telemóvel em modo silêncio

5. CERIMÓNIA DE ABERTURA

A cerimónia de abertura foi presidida por Sua Excelência, a Senhora Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais, Maria Tomé de Araújo. Na sua intervenção, a Senhora Ministra sublinhou a necessidade de se promover atividades que envolvam o Governo central e local, Empregadores, Sindicatos, Organizações Comunitárias/ Organizações da Sociedade Civil a nível macro e micro, de modo a garantir a igualdade de oportunidades para as mulheres, jovens e toda a população vulnerável.

A cerimónia contou igualmente com intervenções:

(i) do Sr. Tomás Vera Cruz, Diretor Interino do ETD/BP OIT Yaoundé, que na sua intervenção realçou que a natureza multifacetada do “toolkit” e a ênfase que ele coloca na centralidade e na universalidade da atividade produtiva do homem, significa que Agenda do Trabalho Digno se relaciona, interceta e interage com os grandes desafios de ordem económica e social, assim como com as questões relativas à promoção dos direitos humanos, à luta contra pobreza, à integração social e à coesão nacional, à democracia e à governação, e ao desenvolvimento sustentável. Em suma uma vasta gama de temas globais e setoriais que fazem parte ou constituem elementos transversais dos mandatos e missões de instituições multilaterais, fundos, programas e agências especializadas das Nações Unidas, das instituições de Bretton Woods e da Organização Mundial do Comércio.

e (ii) do Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas, Sr. José Salema, que considerou o atelier como um passo essencial para permitir a apropriação da noção de Trabalho Digno a fim de a integrar nas políticas nacionais, nos programas conjuntos entre agências das Nações Unidas e no próximo ciclo de programação do UNDAF 2017-2021 e de igual modo para o reforço da parceria entre o Sistema das Nações Unidas e os parceiros nacionais. Realçou, também, a importância do intercâmbio e da troca de experiência entre Cabo Verde e São Tomé e Príncipe numa dinâmica Sul-Sul e o diálogo entre o Sistema das Nações Unidas, os Parceiros Governamentais, a Sociedade Civil e os Parceiros Sociais.

Os discursos de abertura encontram-se no **Anexo 3**.

6. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Sessão 1:

Os trabalhos do atelier articularam-se à volta de apresentações, partilha de experiências e informações, trabalhos de grupos, assim como discussões em plenária. Os trabalhos iniciaram-se logo após a cerimónia de abertura.

A primeira apresentação foi uma abordagem do “Guia Prático” e respetiva aplicação, o que permitiu aos participantes terem uma visão mais clara, relativamente à questão da integração do emprego e do trabalho decente, em instrumentos de planificação tais como o UNDAF e a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Nesta apresentação, foram também ressaltados alguns aspetos da Cooperação Sul-Sul na esfera da CPLP, particularmente no domínio do Trabalho Infantil, onde São Tomé e Príncipe beneficiou da experiência dos professores de Angola e Moçambique no âmbito da iniciativa ECOAR.

A Sra. Dinastela Curado, em representação da delegação de Cabo Verde, partilhou a experiência do *atelier* no seu país, tendo frisado a importância do trabalho digno e da criação de emprego decente para homens e mulheres. De referir que no caso de Cabo Verde a aplicação do Guia Prático foi realizada em dois documentos importantes, nomeadamente, o Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP III) e o UNDAF 2012-2016.

Em seguida, o Sr. Abdul Barros apresentou a “Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2012-106” que suscitou um interessante debate, sobretudo no que se refere ao papel do ORP (Observatório Nacional de Redução da Pobreza).

As apresentações da sessão 1 encontram-se no **Anexo 4**.

Sessão 2:

O segundo dia iniciou-se com a apresentação do Sr. Idrissa Sanoussi, sobre o UNDAF de São Tomé e Príncipe, o seu alinhamento, nomeadamente, os pilares e respetivos

efeitos definidos para o período 2012-2016, com as Estratégias Nacionais de Redução de Pobreza (I e II). Foram também apresentados os mecanismos de seguimento e implementação e a sua importância no que refere à interligação com os parceiros governamentais, a sociedade civil e os parceiros sociais.

Seguiu-se-lhe a intervenção do Sr. Paul Ningini, da ETD/BP OIT Yaoundé, que apresentou o Programa-País de Trabalho Digno (PPTD) para o período 2013-2016. Resumindo as principais intervenções da OIT no país nos últimos anos, descortinou alguns desafios que o país enfrenta no que respeita ao Trabalho Decente e as prioridades escolhidas para a sua implementação até 2016.

As duas apresentações da sessão 2 também se encontram no **Anexo 4**.

Sessão 3:

A constituição dos grupos de trabalho baseou-se nos eixos do Guia Prático que correspondem aos objetivos da Agenda do Trabalho Decente (ATD) que são:

- Criação de emprego e desenvolvimento de empresas;
- Proteção Social;
- Direitos e Normas no Trabalho;
- Governação e Diálogo Social

O exercício proposto consistiu na aplicação do guia prático a 4 sub-temáticas específicas escolhidas de entre os quatro grandes temas do guia. O intuito do exercício foi por um lado, perceber como se chega até ao nível de análises e conclusões que posteriormente foi apresentado; e por outro lado, mostrar como é que futuramente cada parceiro pode utilizar o guia prático para fazer a sua própria análise.

O exercício foi concluído com a apresentação do trabalho realizado por cada um dos 4 grupos (**Anexo 5**).

Em seguida, procedeu-se à apresentação das principais conclusões da análise que resultou da aplicação do guia prático ao UNDAF no seu todo e à enumeração das principais áreas de possíveis intervenções (**Anexo 6**).

Para terminar o dia, e, fazendo uso das possíveis pistas de intervenção identificadas na análise do UNDAF, através da aplicação do Guia Prático decidiu-se, em plenária, quais as 3 possíveis áreas prioritárias de intervenção conjunta, em São Tomé e Príncipe para o futuro próximo. Desta discussão alargada resultaram as seguintes grandes áreas de intervenção:

Empreendedorismo: Tocando vários aspetos como a formação profissional, a economia informal urbana e rural e o autoemprego, visando essencialmente os jovens.

Proteção Social: Entendida de forma abrangente (incluindo tanto o seguro social – INSS - como os serviços de base e a assistência social, etc.) e incluindo a extensão do

regime aos trabalhadores do sector informal e à população vulnerável, o trabalho infantil, entre outros possíveis tópicos.

Observação e acompanhamento da ação Governativa: Reforço do diálogo social, associando, para além dos parceiros sociais tradicionais (empregadores e trabalhadores), a sociedade civil e as ONGs.

A questão de Género, sendo transversal, deverá ser tratada de forma sistemática em todas essas áreas.

Sessão 4:

Na sessão do último dia os participantes concentraram-se na elaboração e apresentação /discussão dos esboços dos possíveis programas conjuntos (Anexo 7). Seguiu-se-lhe uma apresentação sobre a importância da Cooperação Sul-Sul e Triangular na CPLP e os próximos passos. Nesta apresentação, ressaltou-se a importância da troca de experiências na transmissão de conhecimentos e a partilha de boas práticas entre os países em desenvolvimento e não só (**Anexo 8**).

Com base na apresentação anterior e tendo em conta os próximos passos, os colegas da delegação de Cabo Verde sugeriram algumas acções que, futuramente, poderão ser objecto de Cooperação Sul-Sul com São Tomé e Príncipe (**Anexo 9**). As sugestões apresentadas basearam-se em intervenções bem-sucedidas e boas práticas de Cabo Verde. Finalmente, foi feita a apresentação do *sítio* « **cebtoolkit.org** » aos participantes e uma breve explicação de como poderiam aceder ao mesmo.

7. CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

A cerimónia de encerramento do *atelier* foi presidida pelo Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe, Eng.º José Salema e contou com a presença do Diretor Interino do Escritório da OIT em Yaoundé, Eng.º Tomás da Vera Cruz.

A cerimónia iniciou-se com a leitura de uma breve síntese dos trabalhos realizados ao longo dos quase três dias de trabalho. Em seguida, o Inspetor Geral do Trabalho de Cabo Verde, Dr. João Carvalho em representação da delegação daquele país começou por agradecer o convite formulado. Ressaltou que o *atelier* constituiu um bom momento para partilha de experiências e divulgação de boas práticas existentes em Cabo Verde no que se refere à promoção do trabalho digno e também uma grande contribuição para o reforço da Cooperação Sul-Sul.

A Representante da ONTSTP da Região do Príncipe, em nome de todo/a(s) a/o(s) participantes agradeceu os participantes de Cabo Verde pela sua participação no *atelier* e sugeriu que a aplicação do guia prático seja também feita à Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Terminou apelando às Nações Unidas em São Tomé, em geral e à

OIT em particular, para que um próximo evento possa ser realizado na Região do Príncipe.

O Diretor Interino da OIT agradeceu a todos os participantes, em geral e particularmente ao Governo, ao Coordenador Residente, aos Representantes das agências das Nações Unidas, às diretoras de Trabalho e da Cooperação do Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais, à equipa da OIT e à delegação de Cabo Verde, pela valiosa contribuição que todo/a(s) deram para o sucesso do atelier. Afirmou que o desafio foi conseguido pela sensibilidade demonstrada pelo Governo, parceiros sociais e os agentes da sociedade civil e pelo nível dos resultados concretos obtidos nos grupos. Ressaltou, que o *atelier* produziu um outro resultado, não menos importante, que foi o reforço da colaboração entre a OIT e outras agências do Sistema das Nações Unidas no espírito do “ONE UN”. Destacou, também que o *atelier* serviu para a construção de uma maior confiança e interação entre a OIT e o Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais a fim de melhorar a implementação do quadro de cooperação, traduzido através do Programa País de Trabalho Digno - PPTD.

Por sua vez, o Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas, agradeceu, particularmente, aos colegas de Cabo Verde que, através da valiosa contribuição que deram aos trabalhos do *atelier*, demonstrando que a Cooperação Sul-Sul é viável. Destacou que o *atelier* se revestiu de uma importância particular, por causa dos próximos passos que serão dados, pois brevemente, iniciar-se-á o processo de revisão da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza e o exercício realizado permitirá contribuir e identificar o que poderá ser melhorado ou alterado. Realçou, também, que um outro resultado muito importante foi atingido, que é o reforço da colaboração do Sistema das Nações Unidas com os diferentes parceiros, incluindo os Parceiros Sociais e as ONGs.

Os discursos de encerramento encontram-se no **Anexo 10**.

No **Anexo 11** encontram-se algumas fotos da atividade.

8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este *atelier* constituiu um fórum de análise sobre os efeitos e impactos diretos ou indiretos que os programas das diversas agências das Nações Unidas têm na promoção do emprego digno e na defesa dos direitos humanos, em geral, e dos trabalhadores, em particular.

Mediante um trabalho colaborativo dos parceiros nacionais e do Sistema das Nações Unidas foi possível identificar três possíveis programas conjuntos que poderão continuar a ser trabalhados com vista a uma futura implementação.

A implementação de programas conjuntos, o reforço das sinergias entre o Sistema das Nações Unidas e o Governo é importante para que São Tomé e Príncipe possa reduzir a pobreza, promover o pleno emprego e a inclusão social, erradicar as piores formas de

trabalho infantil, consolidar o sistema democrático e a governação e proteger o ambiente.

A presença e participação da delegação de Cabo Verde foi crucial pois a partilha de conhecimentos e a experiência de um país com características semelhantes contribuíram para os resultados obtidos. De realçar que o facto de ouvirem os seus pares a partilhar boas práticas de outro país torna as intervenções mais realistas e concretas. Também foram partilhados alguns programas que estão a ser implementados em Cabo Verde e que no âmbito da Cooperação Sul-Sul poderão ser adaptados para o contexto são-tomense.

De forma global, as recomendações resumem-se no seguinte:

- A Cooperação Sul-Sul poderá/deverá constituir uma metodologia sistemática e crescente para a promoção de troca horizontal de experiências e boas práticas entre os países lusófonos de África (PALOP) e CPLP¹;
- Continuar a aprofundar a análise dos documentos estratégicos nacionais, particularmente a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza à luz do Guia Prático do CEB, à semelhança do que foi feito para o UNDAF;
- De acordo com as orientações do Coordenador Residente, os três grupos temáticos do SNU vão reflectir sobre a análise feita ao UNDAF à luz do Guia Prático do CEB com vista à elaboração de um plano de ação para a implementação das recomendações. Este plano de acção será apresentado num retiro do UNCT que se realizará no mês de Novembro de 2014, após as eleições legislativas, autárquicas e regionais. Assim a implementação das recomendações começará a ser implementada a partir do próximo ano.
- Torna-se necessário colocar o trabalho digno e os direitos fundamentais dos trabalhadores como um elemento essencial da luta contra a pobreza no processo de desenvolvimento sustentável de um país.

¹A nível da CPLP já existe um claro compromisso político para a promoção da Cooperação Sul-Sul e triangular como um instrumento para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável e consolidar as questões de âmbito social. A Declaração de Maputo assinada em abril de 2013 durante a XII Reunião dos Ministros do Trabalho e Segurança Social da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa expressa a intenção comum de: “Reforçar o apoio à Cooperação Sul-Sul e Triangular a fim de contribuir para a implementação da Agenda do trabalho digno/decente e dos seus quatro objetivos estratégicos nos Estados membros da CPLP, com enfoque especial no combate ao trabalho infantil, no reforço do papel das inspeções do trabalho e na promoção da proteção social”.

http://www.cplp.org/Files/Billeder/cplp/redes/TrabSegSocial/01_Dec-Map_XIIRMTAS_CPLP.pdf

9. ANEXOS

Anexo 1 – Programa do Atelier

Agenda do Atelier | 8-10.Setembro.2014 | São Tomé

Atelier tripartido de reforço das capacidades nacionais para a promoção da integração do emprego digno nas estratégias nacionais

São Tomé e Príncipe, Hotel Praia, de 8-10 de Setembro 2014

DIA 1 : 8 Setembro 2014 (segunda-feira)

14:00-14:15	Acolhimento dos participantes
14:15-14:45	Boas-vindas: Senhor Tomás da Vera Cruz, Director interino <i>EAT/BP OIT - Yaoundé</i> Senhor José Salema, <i>Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas</i> Senhora Maria Tomé Araújo, <i>Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais</i> <i>Foto de "família"</i>
14:45-15:00	Apresentação dos objectivos do <i>atelier</i> e das principais ferramentas de trabalho. <i>Lurdes M. Viegas Pires dos Santos, OIT</i>
15:00-15:30	Apresentação do "Guia Prático CEB". <i>Joana Borges, OIT</i>
15:30-16:00	Dinâmica Sul-Sul: Cabo Verde-São Tomé e Príncipe, partilha de experiências. <i>Dinastela Curado, ACS; João Carvalho, IGT-MJEDRH; José Manuel Vaz, CCSL</i>
16:00-16:20	<i>Pausa para café</i>
16:20-17:30	Apresentação da Estratégia Nacional de Redução de Pobreza. Direcção Nacional do Plano, Ministério do Plano e Finanças

DIA 2 : 9 Setembro 2014 (terça-feira)

09:00-09:15	<i>Breve restituição dos trabalhos do dia 1</i>
09:15-09:45	Apresentação do UNDAF. <i>Idrissa Sanoussi, PNUD</i>
09:45-10:15	Apresentação do Programa País de Promoção do Trabalho Decente (PPTD). <i>Paul Ningini, EAT/BP OIT - Yaoundé</i>
10:15-10:25	Constituição dos grupos de trabalho
10:25-10:45	<i>Pausa para café</i>
10:45-11:45	Trabalhos de grupo ² GRUPO 1: Análise prática de algumas questões do tópico "Criação de Emprego e Desenvolvimento de Empresas" GRUPO 2: Análise prática de algumas questões do tópico "Protecção Social" GRUPO 3: Análise prática de algumas questões do tópico "Direitos e Normas no Trabalho" GRUPO 4: Análise prática de algumas questões do tópico "Governação e Diálogo Social"
11:45-12:25	Restituição dos trabalhos de grupo
12:25-12:40	A aplicação do Guia Prático ao UNDAF – análises e conclusões. <i>Joana Borges, OIT</i>
12:40-13:00	Discussão em plenária

² Observação: dependendo do número de participantes poderá haver mais ou menos grupos de trabalho.

13:00-14:00	<i>Pausa para almoço</i>
14:00-14:30	Discussão em plenária para definição de 3 áreas prioritárias de possível programação conjunta
14:30-14:40	Constituição dos grupos de trabalho
14:40-16:00	Trabalhos de grupo ¹ Grupo 1: Programa conjunto 1 (pilar, efeito do UNDAF, agência(s), parceiros nacionais, ferramentas do Guia Prático) Grupo 2: Programa conjunto 2 (pilar, efeito do UNDAF, agência(s), parceiros nacionais, ferramentas do Guia Prático) Grupo 3: Programa conjunto 3 (pilar, efeito do UNDAF, agência(s), parceiros nacionais, ferramentas do Guia Prático) Grupo 4: Comentários e recomendações para uma melhor integração da agenda do trabalho digno nos documentos de enquadramento (UNDAF)

DIA 3 : 10 Setembro 2014 (quarta-feira)

09:00-09:10	<i>Breve restituição dos trabalhos do dia 2</i>
09:10-10:00	Restituição dos trabalhos de grupo do dia 2 (Relatores identificados durante o trabalho de grupo)
10:00-11:00	Discussão em plenária
11:00-11:20	<i>Pausa para café</i>
11:20-11:40	Mecanismos de acompanhamento e próximas etapas. <i>Lurdes M. Viegas Pires dos Santos, OIT</i>
11:40-12:10	Dinâmica Sul-Sul: Cabo Verde-São Tomé e Príncipe. <i>Dinastela Curado, ACS; João Carvalho, IGT-MJEDRH; José Manuel Vaz, CCSL</i>
12:10-12:30	Como utilizar o site « cebtoolkit.org » para formular programas conjuntos. <i>Joana Borges, OIT</i>
12:30-13:00	Cerimónia de encerramento: Escritório de Yaoundé e Escritório do Coordenador Residente
13:00-14:00	<i>Almoço</i>

Anexo 2 – Lista de Participantes

ATELIER TRIPARTIDO DE REFORÇO DAS CAPACIDADES NACIONAIS PARA A PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO DO EMPREGO E TRABALHO DIGNO NOS DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	Nome	Instituição	Contatos
1	Arlete Zeferino	MSAS - Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais	995 37 76 arletepinto14@gmail.com
2	Tanya Radosavljevic	UNICEF	tradosavljevic@unicef.org
3	Andreza Paraiso	Organização Nacional dos Trabalhadores - Central Sindical (ONSTP/CS)	991 37 47
4	Argentino dos Santos	FAO	990 3198
5	Argentino Vangente	Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia - DGRNE	991 01 19
6	Alexandre Cardoso	Federação das ONG - FONG-STP	997 24 42
7	Abdul Barros	Direcção Geral do Planeamento - DEP	991 64 21
8	Adalgiza Cravid	MSAS / Direcção de Protecção Social	995 27 46/ ab.c1@hotmail.com
9	Albertino Castro	ONSTP/CS	990 48 44/ guadalupe.frio@hotmail.com
10	Bruno Cassandra	Serviço de Emprego	brulove@hotmail.com
11	Cosme Rita	CCIAS	cciasstp@gmail.com
12	Cíntia Lima	MSAS	991 31 41/ cintialima66@hotmail.com
13	Constantina Oliveira	DGA	991 02 67/ constaneira_210@hotmail.com
14	Dinastela E. Curado	A.C.S/ Cabo Verde	acs@cvtelecom.cv
15	Diógenes Pires dos Santos	PAM	diogenes.santos@wfp.org
16	Emídio dos Santos Pereira	CCIAS	990 42 12/ emidio-p@hotmail.com
17	Edson Moniz	FONG-STP	995 32 75/ edmoniz_stp@hotmail.com
18	Fernando Neves	OMS	990 33 50
19	João Osvaldo de Carvalho	IGT/Cabo -Verde	j.carvalho@mjedrh.gov.cv
20	José Manuel Vaz	CCSL	991 72 79/
21	Jair Pimentel	CACVD	991 63 07/ pimenteljair2@hotmail.com
22	Ketty Borges	INE	ketty05@hotmail.com
23	Libertino Raposo	Câmara de Comércio/Príncipe	libertinoraposo@hotmail.com
24	Ludmila Xavier	ANSTP	milavexa@hotmail.com
25	LiussaKara D´Almeida	UNDP	981 13 57
26	Miguel dos Prazeres	SIMPRESTEP/PRÍNCIPE	991 39 08
27	Mirabel Ribeiro	DPIE/MECF	994 81 40
28	Milú Aguiar	UNDP	222 11 22/3
19	Manuel Ramos	CNCS	992 04 79
30	Manuel da Costa Carlos	UGT-STP	990 47 34
31	Noémia Santos	UNICEF	nsantos@unicef.org
32	Soraya Franco	PAM	soraya.franco@wfp.org
33	Nicolau Neto Lima	MNECC-UCA	998 41 38
34	Teodora Sousa	PNUD/FA	990 61 60
35	Victória D´Alva	UNFPA	dalva@unfpa.org
36	Vilma I. Pinto	MSAS/DPSS	985 25 85
37	Wilson da Cruz	Inspeção Geral do Trabalho (IGT- STP)	991 11 48

Anexo 3 – Discursos de Abertura

Director interino do EAT/BP da OIT Yaoundé

Exma. Senhora Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais
Exmo. Senhor Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas,
Senhores Representantes das Organizações dos Empregadores,
Senhores Representantes das Organizações dos Trabalhadores
Prezados colegas do Sistema das Nações Unidas,
Ilustres membros da delegação de Cabo Verde,
Senhores Representantes da Sociedade Civil
Distintos convidados
Minhas senhoras e meus senhores

Permitam-me em nome do Dr. Aeneas Chapinga Chuma, Sub-director regional África da OIT e Director Regional da OIT para a África, agradecer o Dra. Maria Tomé Araújo, Ministra dos Assuntos Sociais, que apesar da sua agenda apertada, aceitou generosamente presidir a esta sessão de abertura do *workshop* sobre o reforço das competências para a integração do emprego e trabalho digno nas políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento com base no guia da OIT para a integração do emprego e trabalho digno nas políticas e estratégias nacionais e nos programas internacionais de ajuda ao desenvolvimento. Gostaríamos através de Vossa Excelência, senhor ministra, testemunhar o nosso reconhecimento pelos compromissos assumidos pelo seu país em prol da Agenda do Trabalho digno, traduzidos pela adoção do programa-país para o trabalho digno, elaborado com o apoio da OIT, pela integração do emprego e do trabalho digno no quadro de assistência ao desenvolvimento das Nações Unidas (PNUAD) comumente designado pela sua abreviação inglesa “UNDAF” e pela papel central do emprego na segunda geração da estratégia nacional de redução a pobreza (ENRP).

Gostaríamos também, Senhora Ministra, de exprimir o nosso apreço pela disponibilidade manifestada pelo seu Ministério na organização deste *workshop* e pelo acolhimento fraterno que foi reservado tanto a equipa da OIT como os nossos irmãos consultores e facilitadores de Cabo Verde. Esta cooperação de partilha e transferência de conhecimentos e experiências com Cabo Verde ilustra o potencial mal explorado que a cooperação sul-sul oferece em matéria de transferência de tecnologias, transmissão de conhecimentos, assistência técnica e ajuda ao desenvolvimento entre os países do dito sul, sobretudo em benefício dos estados mais vulneráveis como é o caso de São Tomé e Príncipe.

Os nossos agradecimentos são também extensivos ao Coordenador Residente e aos demais colegas do Sistema das Nações Unidas pela disponibilidade e prontidão demonstrados em adotar e integrar o emprego e trabalho digno nas respectivas estratégias de assistência a São Tomé e Príncipe.

Senhor Ministra, distintos convidados, caros participantes

A actividade que nos reúne nestes dois dias reveste uma importância capital, pois a natureza multifacética da ferramenta, “o toolkit” e a ênfase que ele coloca na centralidade e na universalidade da actividade produtiva do homem, significa que Agenda do Trabalho digno se relaciona, intercepta e interage com as grandes desafios de ordem económica e social assim como com as questões relativas a promoção dos direitos humanos, a luta contra pobreza, a integração social e a coesão nacional, a democracia e a governação, o desenvolvimento sustentável, em suma uma vasta gama de temas globais e sectoriais que fazem parte ou constituem elementos transversais dos mandatos e missões de instituições multilaterais, fundos, programas e agências especializadas das Nações Unidas, as instituições do Bretton Woods e a Organização Mundial do Comércio.

É nesta perspectiva que o Conselho Executivo de Coordenação das Nações Unidas (CEB), através do Comité de Alto Nível sobre Programas (HLCP) solicitou a liderar OIT o grupo técnico para o desenvolvimento de uma ferramenta destinadas a facilitar a integração do emprego e o trabalho digno, com a participação de outras agências das Nações Unidas interessadas, e em estreita concertação com os membros da HLCP.

A OIT define o trabalho digno como um trabalho produtivo exercido em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. Ele se constrói à volta de quatro pilares fundamentais, a saber: a criação de emprego; a protecção social para todos; os direitos fundamentais dos trabalhadores e as Normas Internacionais do Trabalho; a governação, o tripartismo e o diálogo social

A Agenda de Trabalho Decente (ATD) é consequentemente uma abordagem equilibrada e coerente para alcançar os objectivos do pleno emprego e do trabalho produtivo e decente para todos, aos níveis, global, nacional e local. A ferramenta CEB toolkit inclui para o efeito uma lista de questões chave organizadas a volta dos quatro pilares do trabalho digno estruturadas no sentido de ajudar as agências a:

- determinar se as suas políticas, estratégias, programas e actividades podem influenciar o emprego e o trabalho digno, nas suas dimensões global, regional, nacional, sectorial e local;
- a identificar como os efeitos das políticas, estratégias, programas e actividades são ou podem ser tidas em conta e avaliadas de forma mais sistemática; e
- promover formas concretas de otimizar o emprego e promover e integrar o trabalho digno nas suas políticas e programas, idealmente na fase de concepção.

Ela foi formalmente adotada pelo Conselho Executivo de Coordenação das Nações Unidas na sua sessão de Abril de 2007, em Genebra.

Senhora Ministra, minhas senhoras e meus senhores,

Se olharmos para a estrutura da população de São Tomé e Príncipe, um dos problemas com os governantes vão continuar a ser confrontados e para a o qual vão ter que buscar soluções inovadoras e pragmáticas, é o do emprego dos jovens. Não há dúvidas sobre os vínculos existentes entre o desemprego em massa dos jovens e vários problemas sociais como o crime. O consumo abusivo de álcool, a prostituição, a circulação e consumo de drogas, a destruição do ambiente, entre outros.

Como para a maioria dos países insulares em desenvolvimento, São Tomé e Príncipe enfrenta um enorme desafio para o seu desenvolvimento sustentável, tendo em conta as suas vulnerabilidades específicas. Temos que assumir que a redução da área florestal, o aumento da temperatura média anual, a erosão costeira, a subida do nível do mar e outros impactos adversos das alterações climáticas já se fazem sentir com acuidade no país e representam um risco maior para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento como o nosso.

O imperativo de erradicar a pobreza e de alcançar desenvolvimento sustentável, pressupõe a adopção de modelos sustentáveis produção e de consumo e uma gestão adequada dos recursos naturais, que favoreçam a conservação e a regeneração do ecossistema e que contribuam para um crescimento económico inclusivo e equitativo, gerador maiores oportunidades de emprego produtivo e rendimento decente para todos e que sirvam de freio ao aumento das desigualdades sociais e contribuam para elevação dos padrões básicos das populações e protejam os idosos da pobreza e as crianças do trabalho infantil e outras formas de exploração.

O trabalho digno, proporcionador de meios de subsistência adequados, dotado de protecção social e o observador dos direitos fundamentais dos trabalhadores, é um elemento essencial de luta contra pobreza, de desenvolvimento económico sustentável e de protecção do ambiente.

Minhas senhoras e meus senhores,

Este *workshop* de reforço das capacidades para integração do emprego e o e do Trabalho Digno constitui também um fórum de análise sobre os efeitos e impactos directos ou indirectos que os programas das diversas Agências das Nações Unidas têm no funcionamento do mercado de trabalho, na promoção de diferentes formas da protecção social, no reforço da governação democrática e na defesa dos direitos humanos em geral e dos trabalhadores em particular. A solidariedade internacional é importante para que São Tomé e Príncipe possa reduzir de forma drástica a pobreza, promover o pleno emprego e a inclusão social, erradicar as piores forma de trabalho infantil, consolidar o sistema democrático e a governação e proteger o ambiente. Este *workshop*, traz esse espírito que se traduz por este exemplo de cooperação Sul-Sul que a OIT ajuda a promover de forma sistemática e crescente.

A troca horizontal de experiencias e boas práticas entre os países lusófonos de Africa (PALOP) vem demonstrando ser uma experiência de sucesso no quadro da Cooperação Sul-Sul. Não podia concluir sem dirigir uma palavra de apreço aos animadores, consultores e organizadores e pedir a todos os presentes o máximo de empenho e desejar que este *atelier* seja um verdadeiro fórum de aprendizagem através da partilha de conhecimentos.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas em STP

Exma. Senhora Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais,
Exmo. Senhor Director interino da O.I.T para Angola, Camarões e São Tomé e Príncipe
Senhores e Senhoras Chefes das Agências do Sistema das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe
Distintos Convidados da República de Cabo Verde
Senhores e Senhoras das Organizações dos Empregadores
Senhores e Senhora da Organização dos Trabalhadores
Senhores e Senhoras das distintas Instituições Governamentais
Distintos convidados e convidadas
Minhas Senhoras e meus Senhores

É com imenso prazer e grande honra que me dirijo esta manhã, em nome do Sistema das Nações Unidas, à esta assembleia que se reúne por ocasião da abertura do Atelier Tripartido de reforço das capacidades nacionais para a promoção da integração do emprego e do trabalho digno nos documentos estratégicos nacionais, através da Cooperação Sul-Sul.

Durante estes três dias de trabalho, os representantes das instituições nacionais de São Tomé e Príncipe, assim como os representantes das Agências do Sistema das Nações Unidas presentes em São Tomé e Príncipe, terão o prazer de intercambiar com os diferentes convidados provenientes de Cabo Verde assim como com os Representantes do Bureau sub-regional da OIT sediada em Yaoundé nos Camarões.

A troca de experiências entre Cabo Verde e São Tomé e Príncipe inscreve-se numa dinâmica sul-sul e mais particularmente no quadro da cooperação entre os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esta cooperação evidenciou-se já no período 2012-2014 nos esforços da luta contra o trabalho infantil.

Excelências,

Ilustres Convidados e Convidadas,

Este *atelier* irá permitir o aprofundamento dos conhecimentos dos parceiros nacionais e dos membros das Agências do Sistema das Nações Unidas sobre o Trabalho Digno. O conceito de Trabalho Digno foi formulado pelos mandantes tripartidos da OIT, a saber os governos, as organizações dos trabalhadores e empregadores, como sendo um trabalho produtivo para as mulheres e os homens nas condições de liberdade, segurança e de dignidade humana.

A fim de permitir integrar esta noção de trabalho digno nas políticas nacionais, um Guia Prático para a integração do Emprego e do Trabalho decente foi adoptado em 2007 e será um instrumento de trabalho no decorrer deste *atelier*.

O mesmo foi elaborado pela OIT, a pedido do Conselho Executivo de Coordenação do Sistema das Nações Unidas, em colaboração com as agências interessadas, como uma ferramenta para a integração do emprego e do trabalho digno ao nível nacional.

Este guia é uma emanção da Assembleia Geral das Nações Unidas realizada em 2005 onde mais de 150 países acordaram entre si e prometeram apoiar “firmemente uma globalização justa e assumir os objetivos de emprego pleno e produtivo e do trabalho digno para todos”. Este compromisso foi reafirmado em Julho de 2006 por uma Declaração Ministerial do Conselho Económico e Social das Nações Unidas que aprovou a utilização do Guia Prático em Julho de 2007.

Excelências, minhas senhoras e meus senhores,

O suporte dado por este Guia e a importância das questões ligadas ao Emprego e ao Trabalho Digno, transformarão o presente *atelier* numa oportunidade para fazer uma releitura do Plano Geral das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento – o UNDAF, para o período 2012-2016. Isto poderá permitir, igualmente, para contribuir na reflexão da revisão à meio-percurso da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.

Este *atelier* permitirá, também, a identificação de pistas de programação conjuntas favoráveis à criação de emprego digno em São Tomé e Príncipe. O trabalho, iniciado por ocasião deste *atelier*, continuará no seio dos Três Grupos Temáticos cujos parceiros nacionais são, doravante, parte integrante.

Excelências,

Caros Convidados, Caras convidadas

O presente *atelier* é sem dúvida um passo essencial para permitir a apropriação da noção de Trabalho Digno a fim de a integrar nas políticas nacionais, nos programas conjuntos entre as agências das Nações Unidas e no próximo ciclo de programação do UNDAF 2017-2021 e de igual modo para o reforço da parceria entre o Sistema das Nações Unidas e os parceiros nacionais.

Gostaria de terminar reiterando o suporte do Sistema das Nações Unidas a este evento. Espero que este *atelier* permitirá estimular a discussão e a integração das questões de emprego e de trabalho decente num diálogo entre a equipa das Nações Unidas, os representantes dos parceiros de desenvolvimento e os representantes dos trabalhadores de Cabo Verde, assim como ao nível dos documentos estratégicos.

Desejo-vos um bom trabalho no decorrer deste *atelier* e agradeço-vos pela atenção dispensada.

Sra. Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais

Exmo. Senhor Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas

Exmo. Senhor Director interino da OIT para os escritórios de Angola, Camarões e São Tomé e Príncipe

Exmo. Senhores e Senhoras Chefes das Agências do Sistema das Nações Unidas

Senhores e Senhoras das Organizações dos Empregadores

Senhores e Senhora da Organização dos Trabalhadores

Senhores e Senhoras das distintas Instituições Governamentais

Distintos convidados e convidadas

Caros e caras participantes

Em nome do Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e em meu nome próprio gostaria de cumprimentar a todos e a todas e dar as boas vindas aos nossos irmãos de Cabo Verde e à delegação do Escritório da OIT situado em Yaoundé, na República dos Camarões.

Estamos cá hoje, para dar início a uma acção de extrema importância que consiste na integração transversal das questões ligadas ao emprego e ao trabalho digno nos documentos estratégicos nacionais.

Recordo que desde a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana realizada em Ouagadougou em Setembro de 2004, que se recomendou colocar o emprego no combate à pobreza, como objectivo central das políticas económicas e sociais em África.

Assim, é com agrado que saúdo a iniciativa do Conselho Executivo de Coordenação do Sistema das Nações Unidas de instar a Organização Internacional do Trabalho a elaborar o Guia Prático de Integração do Emprego e Trabalho Digno.

Segundo a OIT, o trabalho digno resume as aspirações do ser humano no domínio profissional, e abrange vários elementos, nomeadamente: oportunidades para realizar um trabalho produtivo com uma remuneração equitativa; segurança no local de trabalho e protecção social para as famílias; melhores perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social; liberdade para expressar as suas preocupações; organização e participação nas decisões que afectam as suas vidas; e igualdade de oportunidades e de tratamento para todas as mulheres e todos os homens.

Portanto, devemos colocar o trabalho digno no centro das nossas estratégias nacionais e locais de desenvolvimento económico e social, desempenhando um papel fundamental nos esforços de redução da pobreza e de realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Caríssimos Convidados / Minhas senhoras e meus Senhores

A abordagem do emprego pleno produtivo e trabalho digno, implica a necessidade de se promover actividades que envolvam todos os intervenientes, o Governo Central e Local, trabalhadores, empregadores, organizações comunitárias a nível macro e micro, de modo a se desencadear a criação de mais e melhores empregos, garantir a igualdade de oportunidades para as mulheres, jovens e todas as populações vulneráveis.

A noção de emprego e trabalho digno não é um conceito técnico, é um apelo a uma abordagem integrada a ser utilizada por todos, e o Guia que será objecto de aplicação neste *atelier* constitui uma ferramenta chave para que esta abordagem seja efectiva.

Minhas senhoras e meus Senhores

Num país como o nosso onde o desemprego se situa acima dos 15% da população activa, a pobreza flagela 49,6% da população e o trabalho infantil abrange mais de 12% de crianças, o conceito de trabalho digno assume uma relevância particular.

O nosso Programa País de Trabalho Digno identifica algumas pistas de soluções para os problemas que acabo de mencionar e defende a trilogia paz, democracia e crescimento económico inclusivo como factor indispensável para a realização dos objectivos de desenvolvimento do milénio e da luta contra a pobreza.

Portanto, espero que desde *atelier* que congrega não só os nossos parceiros da família das Nações Unidas como outros parceiros de desenvolvimento possam ser identificadas áreas de programação conjunta onde a promoção do emprego e do trabalho digno esteja no centro das preocupações.

Ao terminar, permitam-me desejar os maiores sucessos no trabalho que irão realizar e uma boa estadia aos nossos irmãos e irmã que vieram do exterior.

Declaro, assim, aberto o *atelier* de reforço das capacidades nacionais para a integração do emprego e trabalho digno nos documentos estratégicos nacionais.

Muito obrigada pela vossa atenção e bem-haja a todos e todas.

Anexo 4 – Apresentações do 1º dia e da manhã do 2º dia

Apresentação dos objectivos do atelier e das principais ferramentas de trabalho



Atelier tripartido de reforço das capacidades nacionais para a promoção da Integração do Emprego e do Trabalho Digno nos documentos estratégicos

Hotel Praia, 8 a 10 de Setembro 2014

Objectivos do Atelier

- Estimular a discussão e integração das questões de emprego e trabalho digno dentro do diálogo da Equipa das Nações Unidas, decisores políticos nacionais, Parceiros Sociais bem como ao nível dos documentos estratégicos nacionais, particularmente o UNDAF;



Objectivos do Atelier

- Identificar áreas /pistas de programação conjunta que tenham como pano de fundo as questões do emprego e do trabalho digno;
- Definir o apoio conjunto que as Nações Unidas podem trazer para a promoção do trabalho digno



Metodologia

- Apresentações em plenário
- Trabalhos de grupo
- Restituição e discussão em plenário

Ferramentas de trabalho

- World Café
- Tempestade de ideias (uma ideia em cada cartão)
- Parking Lot (Para registo de uma boa ideia, uma sugestão, Ou algo que achar interessante partilhar).



Questões práticas

Horário:

- Concentração do/a(s) participantes: 8:30 H
- Início dos trabalhos: 9:00 H

Pausas:

- Café
- Almoço

Voluntário/a: controlador do tempo (Timekeeper)



Regras básicas

- Pontualidade;
- Assuidade;
- Pedir a palavra antes de intervir;
- Respeitar as ideias dos colegas;
- Telemóvel no silêncio;
-

OBRIGADA



Apresentação do “Guia Prático CEB”



Guia Prático CEB para a promoção da integração do Emprego e do Trabalho Digno em documentos estratégicos

Organização Internacional do Trabalho (OIT)
São Tomé | Hotel Praia | 10 de Setembro de 2014

Estrutura



- Guia Prático: de quem? Antecedentes e mandato.
- Guia Prático: para quem?
- Guia Prático: qual a sua composição?
- Guia Prático: para que serve?
- Guia Prático: como utilizar?
- O que é o Trabalho Digno e a sua Agenda?
- Ferramentas para a integração do Emprego e do Trabalho Digno
- Guia Prático: aplicação ao nível nacional
- Actividades na esfera da CPLP: Cooperação Sul-Sul

Guia Prático: de quem? Antecedentes e mandato. (1)

Conselho Executivo de Coordenação do Sistema das Nações Unidas⁽¹⁾

Requerido e concebido como parte integrante de um processo interagências (através do CEB) e de um processo governamental (através do ECOSOC)

Referências chave:

United Nations World Summit 2005, Resolução 60/1
ECOSOC Declaração Ministerial 2006
ECOSOC Resolução 2007, E/2007/INF/2/Add.1
ECOSOC Resolução 2008, E/CN.5/2008/L.8

⁽¹⁾ Na sigla em inglês: CEB - Chief Executive Board for Coordination

Guia Prático: de quem? Antecedentes e mandato. (2)

A Resolução do ECOSOC de 2007 insta todas as agências relevantes das NU a:

- Colaborarem na utilização, adaptação e avaliação da aplicação do Guia Prático;
- Desenvolverem mecanismos para partilharem conhecimentos pertinentes sobre a agenda do emprego e do trabalho digno e para avaliarem o impacto de políticas e programas relevantes sobre o emprego e o trabalho decente para todo/a(s).



Guia Prático: para quem?

- Equipa Nacional das NU (UNCT), coletivamente e como agências individuais
- Intervenientes nacionais – governos, organizações de empregadores e de trabalhadores e outros parceiros para o desenvolvimento, incluindo sociedade civil – para rever o enquadramento de desenvolvimento nacional
- Outros: Membros do CEB; Comissões funcionais e regionais das UN; Instituições Financeiras Internacionais

Guia Prático: qual a sua composição?

Tem 4 componentes principais:



Guia Prático: para que serve? (1)

- Ser uma lupa através da qual as agências podem ver o modo como as suas estratégias, políticas, programas e actividades estão interligadas com os resultados do emprego e do trabalho decente e como podem reforçar esses resultados.
- Sensibilizar e desenvolver capacidades para que as agências multilaterais, a comunidade de desenvolvimento internacional, os constituintes nacionais da OIT e a sociedade civil compreendam melhor a Agenda do Trabalho Decente e consigam implementá-la.

Guia Prático: para que serve? (2)

- Promover a gestão de conhecimentos e a partilha de ferramentas para integrar o emprego e o trabalho decente, através de um site interactivo (cebtoolkit.ilo.org).
- Ramificar-se ao nível dos países individualmente e prestar assistência às Equipas da NU, aos constituintes e intervenientes nacionais, assim como a outros parceiros de desenvolvimento para a integração do emprego e do trabalho decente em quadros de desenvolvimento nacional.

Guia Prático: aplicação ao nível nacional (1)

- Avaliar de que forma a ajuda ao desenvolvimento e os quadros de programação (UNDAF, ENRP) influenciam directa ou indirectamente os resultados do emprego e do trabalho decente.
- Partilhar conhecimentos, experiências práticas e lições aprendidas.
- Identificar e ter uma base prática para a colaboração com um vasto leque de intervenientes económicos e sociais, para atingir o objetivo partilhado e comum do trabalho decente.

Guia Prático: aplicação ao nível nacional (2)

Porque razão deve a UNCT aplicar a lista de verificação do Guia Prático para realizar uma avaliação ao nível nacional?

Para que, coletivamente e como agências individuais, possa fazer um balanço sistemático da forma como pode apoiar eficazmente um país, de modo a atingir prioridades de desenvolvimento nacionais e cumprir com os compromissos internacionais relativos ao emprego e ao trabalho decente e, assim, contribuir também para atingir os ODM + Pós 2015.



Guia Prático: aplicação ao nível nacional (3)

O que implica a avaliação ao nível nacional?

- 1) Ler toda a lista de verificação para compreender a natureza integrada dos quatro pilares da Agenda do Trabalho Decente.
- 2) Responder às questões da lista de verificação do Guia Prático.
- 3) Identificar os vários tipos de ferramentas disponíveis e que podem ser partilhadas para promover o emprego e o trabalho decente. Identificar também as lacunas de conhecimento e a necessidade de ferramentas novas.

Guia Prático: aplicação ao nível nacional (4)

O que implica a avaliação ao nível nacional?

- 4) Assegurar uma coordenação e comunicação estreitas entre o gabinete do país e a sede de cada agência na aplicação do Guia prático.
- 5) Preparar um relatório.
- 6) Identificar medidas práticas para fazer o acompanhamento dos resultados da avaliação.



Guia Prático: aplicação ao nível nacional (5)

Para o caso de STP

2. Documentos "de apoio"



3. Análise e conclusões
da aplicação do Guia
Prático ao UNDAF

1. Documentos principais



4. Resultado dos
trabalhos deste atelier
– orientações para
programas conjuntos

Actividades na esfera da CPLP: Cooperação Sul-Sul



- Reuniões dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP, em particular a *XII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP*
 - o Declaração de Maputo
 - o Plano de Ação de Maputo
 - o Resolução sobre a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil
 - o Resolução sobre o Reforço da Cooperação da CPLP com Agências Internacionais de Desenvolvimento
- Declaração Bipartida de Brasília
- Contribuição do Brasil para a Estratégia de Coop. Sul-Sul da OIT

OBRIGADA!

15/10/2014



TRABALHO DECENTE

• Será que as grandes opções nacionais, as estratégias, políticas, programas e actividades influenciam directa ou indirectamente os resultados do trabalho decente?

• Que instrumentos base poderemos utilizar na nossa análise?



7

REVISITANDO O DECRP III À LUZ DO TOLLKIT

Documento de Estratégia para o Crescimento e Redução da Pobreza III



Conforme análise efectuada pela OIT, o alinhamento do DECRP com o Trabalho Decente situa-se ao nível dos 28% das questões da lista de verificação.

(ter em conta que há aspectos que não se aplicam: conflitos, abolição do trabalho forçado p.e.)

8

REVISITANDO O DECRP III À LUZ DO TOLLKIT

Maior atenção	Menor atenção
A. CRIAÇÃO DE EMPREGO E DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS	
-Promoção do empreendedorismo e de um contexto favorável às empresas -Políticas sectoriais -Desenvolvimento de Recursos Humanos -Políticas para o mercado de trabalho -Agricultura e emprego rural	-Tecnologia e Emprego -Desenvolvimento económico local -Migração internacional -Alterações climáticas, desenvolvimento sustentável e "empregos verdes" -Economia informal

9

REVISITANDO O DECRP III À LUZ DO TOLLKIT

Maior atenção	Menor atenção
B. PROTECÇÃO SOCIAL	
-Segurança social	-Segurança no local de trabalho -Saúde no local de trabalho -Condições justas de trabalho -Sistema de pensões

10

REVISITANDO O DECRP III À LUZ DO TOLLKIT

Maior atenção	Menor atenção
C. DIREITOS E NORMAS DE TRABALHO	
-Princípios e direitos fundamentais no trabalho -Aplicação das Normas Internacionais de trabalho	-Liberdade de associação -Eliminação do Trabalho Infantil -Não discriminação e promoção da igualdade

11

REVISITANDO O DECRP III À LUZ DO TOLLKIT

Maior atenção	Menor atenção
D. GOVERNAÇÃO E DIÁLOGO SOCIAL	
	-Promoção da boa governação: direito e instituições do trabalho -Fortalecimento e envolvimento dos parceiros sociais e promoção do diálogo social

12

REVISITANDO O UNDAF À LUZ DO TOLLKIT

Quadro de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Cabo Verde

Conforme análise efectuada pela OIT, o alinhamento do UNDAF com o Trabalho Decente situa-se ao nível dos 32% das questões da lista de verificação do Guia.

33

REVISITANDO O UNDAF À LUZ DO TOLLKIT

Maior atenção	Menor atenção
A. CRIAÇÃO DE EMPREGO E DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS	
-Promover um crescimento económico rico em emprego e favorável aos pobres -Promoção do empreendedorismo e de um contexto favorável às empresas - Desenvolvimento económico e social -O Emprego dos jovens -Alterações climáticas, desenvolvimento sustentável e "empregos verdes" -Agricultura e emprego rural	-Promoção de um contexto macroeconómico favorável ao emprego -Desenvolvimento dos recursos humanos -Tecnologia e Emprego -Políticas para o mercado de trabalho -Migração internacional -Economia informal

34

REVISITANDO O UNDAF À LUZ DO TOLLKIT

Maior atenção	Menor atenção
B. PROTECÇÃO SOCIAL	
	-Segurança social -Segurança no local de trabalho -Saúde no local de trabalho -Condições justas de trabalho -Sistema de pensões

35

REVISITANDO O UNDAF À LUZ DO TOLLKIT

Maior atenção	Menor atenção
C. DIREITOS E NORMAS DE TRABALHO	
-Não discriminação e promoção da igualdade	-Princípios e direitos fundamentais no trabalho -Liberdade de associação -Eliminação do Trabalho Infantil -Aplicação das Normas Internacionais

36

REVISITANDO O DECRP III À LUZ DO TOLLKIT

Maior atenção	Menor atenção
D. GOVERNAÇÃO E DIÁLOGO SOCIAL	
	-Promoção da boa governação: direito e instituições do trabalho -Fortalecimento e envolvimento dos parceiros sociais e promoção do diálogo social

37

ALGUMAS CONCLUSÕES DA VISITA AO DECRP/UNDAF À LUZ DO TOOLKIT

- Do cruzamento das análises dos dois instrumentos DECRP/UNDAF concluímos que as prioridades e as lacunas são coincidentes, na maioria dos casos;
- Que em resultado da avaliação ao nível nacional, através do toolkit, é possível efectuar uma listagem de prioridades a nível de estratégias, políticas e programas;
- Perante esta identificação ficou facilitado o processo para reforço do Trabalho Decente e da Promoção do Emprego nas prioridades e programas nacionais.

38

ALGUMAS CONCLUSÕES DA VISITA AO DECRP/UNDAF À LUZ DO TOLLKIT

- Há necessidade de rever, ajustar ou refinar as estratégias DECRP/UNDAF com vista maior impacto nos resultados do Emprego e do Trabalho Decente
- Os resultados da avaliação permitem-nos também:
 - Identificar prioridades para o diálogo entre o governo, trabalhadores e empregadores
 - Identificar, a nível dos parceiros, as lacunas em termos de conhecimento, de competências e de ferramentas
 - Partilhar responsabilidades

19

ALGUMAS CONCLUSÕES DA VISITA AO DECRP/UNDAF À LUZ DO TOLLKIT

- Há que continuar a promover a programação conjunta entre as agências das Nações Unidas.
- Apesar dos dois instrumentos não fazerem menção expressa de muitas políticas e acções (à luz da avaliação do toolkit) não quer dizer que temas de grande relevância para o país não estejam sendo contempladas com acções concretas e eficazes.

20

ALGUMAS CONCLUSÕES DA VISITA AO DECRP/UNDAF À LUZ DO TOLLKIT

Parceria da OIT/IPEC

Exemplo: Trabalho Infantil / Realizações nos últimos anos:

- Aumento da estrutura descentralizada do ICCA (delegação, centros de acolhimento, centros de emergência infantil, centros de protecção e reinserção social, centros de acolhimento dia, centros Nos Kaza, Comitês Municipais de defesa dos direitos da Criança)
- Vários programas - Programa de Famílias de acolhimento/Substitutas, Projecto Apoio as Crianças em Situação de Risco e Respectivas Famílias, -

21

ALGUMAS CONCLUSÕES DA VISITA AO DECRP/UNDAF À LUZ DO TOLLKIT

Parceria da OIT/IPEC

Exemplo: Trabalho Infantil / Realizações nos últimos anos:

- Ratificação das Convenções internacionais
- Criação do disque denúncia
- Formação de técnicos ICCA, Trabalhadores / Sindicatos, Empregadores, Dirigentes Instituições, Inspectores de Trabalho, Jornalistas
- "Declaração da Praia"
- Inquérito multiobjectivo para conhecimento para problemática a nível do país
- Elaboração da Lista dos Trabalhos Perigosos

22

ALGUMAS CONCLUSÕES DA VISITA AO DECRP/UNDAF À LUZ DO TOLLKIT

Parceria da OIT/IPEC

Exemplo: Trabalho Infantil / Realizações nos últimos anos:

- Criação do CNPETI
- Formação de Operadores Turísticos - foco na exploração sexual da criança e do adolescente
- Criação de Código de Conduta Ética do Turismo contra a exploração sexual da Criança e do Adolescente
- Aprovação pelo Conselho Ministros do Plano de Acção Nacional para a Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil
- Aprovação do ECA

23

SUGESTÕES PARA NOVAS INTERVENÇÕES - CABO VERDE

- Em resultado da análise do DECRP/UNDAF durante o atelier, foram apresentadas várias sugestões:
 - Trabalhar a questão do emprego dos jovens/redução da pobreza através de uma intervenção baseada na economia criativa e que passa necessariamente pela ligação da cultura, ao artesanato e ao turismo, passando por uma componente formativa estruturada nas várias áreas.

24

SUGESTÕES PARA NOVAS INTERVENÇÕES - CABO VERDE

- Focar na problemática da economia rural relacionada com a questão da economia informal, dos “empregos verdes” e das cadeias de valor.
- Promoção do diálogo social como forma de reforço dos direitos humanos (incluindo direitos e condições de trabalho) e da governação, tanto ao nível tripartido como ao nível da sociedade civil.

25

SUGESTÕES PARA NOVAS INTERVENÇÕES - CABO VERDE

- Continuar a fomentar a importância da formação profissional e da educação e sua ligação com o mercado de trabalho, no sentido de criar uma intermediação através de instrumentos e outras respostas que permitam acompanhar e fazer a ponte entre a procura e a oferta de trabalho.

26

SUGESTÕES PARA NOVAS INTERVENÇÕES - CABO VERDE

- Formalização da economia informal.
- Trabalhar a problemática das desigualdades e continuar a enfatizar as vantagens de extensão e promoção da proteção social (incluindo ambos os regimes contributivo e não contributivo), reforçando tanto a sua componente política como a técnica.

27

SUGESTÕES PARA NOVAS INTERVENÇÕES - CABO VERDE

- Promover a responsabilidade social das empresas.
- Conciliar a vida de trabalho com a vida pessoal

28

SELECÇÃO DE PROGRAMAS CONJUNTOS PRIORITARIOS / UNDAF

1. Programa de promoção de empregos verdes e decentes
2. Programa de Boa Governança et de Diálogo Social
3. Programa de luta contra as discriminações/ apoio à protecção social
4. Programa de promoção do trabalho decente na economia informal e nas MPME

29

TRABALHOS DE GRUPO / WORLD CAFE

Título Programa Seleccionado
Pilar do UNDAF
Parceiros nacionais
Agências do SNU
Problemas
Estratégia de intervenção
Resultados esperados
Zonas de intervenção

30



Apresentação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza

15/10/2014



Índice

1. Actual contexto Socio-Económico
2. Avaliação da Implementação da ENRP-I
3. Metodologia de Elaboração da ENRP II
4. Visão de Médio Prazo
5. Eixos e Objectivos Estratégicos
6. Mecanismo de Seguimento e Avaliação ENRP II
7. PAP: Domínios de Intervenção PAP
8. Orçamento do Plano de Acções Prioritárias
9. Quadro Macroeconómico, 2012-2016



Contexto Económico e Social

- **Económico**
 - o PIP em milhões USD : 310 (2013)
 - o PIB per capita: 1.654 USD (2013)
 - o Taxa de inflação: 7,1% (2013)
 - o Dívida pública externa: aproximadamente 84% do PIB (2013)
- **Social**
 - o População: 187.356 habitantes (RGPH 2012)
 - o Esperança de vida: 67 anos
 - o Incidência da pobreza relativa: 49,6% (2010)
 - o Incidência da pobreza absoluta: 66,2% (2010)
 - o IDH: 0,525 (2013): 144ª posição
 - o Taxa de alfabetismo: 87% da pop. Adulta
 - o Taxa de desemprego: 13,6% (2012)



Avaliação da Implementação da ENRP-I

Distribuição da pobreza monetária (%)								
	Distritos						Príncipe	Nacional
	Agua Grande	Alcova	Cantagalo	Casil	Lembé	Lobato		
Situação em 2000 a partir da análise da pobreza relativa (rendimentos médios)								
Incidência da pobreza	39,4	58,9	58,9	82,2	76,6	66,4	60,1	53,8
Situação em 2010 a partir da análise da pobreza relativa (rendimentos médios)								
Incidência da pobreza	52,0	38,0	45,5	69,3	60,2	53,6	58,5	49,6
Situação em 2010 a partir da análise da pobreza absoluta (custo das necessidades básicas)								
Incidência da pobreza	68,3	56,6	65,9	84,5	73,7	67,8	71,4	66,2

Fonte: IOT, 2010

3



Avaliação da Implementação da ENRP-I

Distribuição da pobreza por grupo socioeconómico (%), 2010

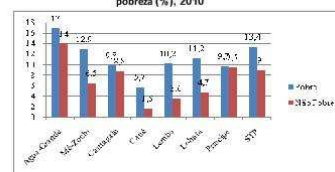


Fonte: IOT, 2010



Avaliação da Implementação da ENRP-I

Taxa de desemprego de indivíduos de 15 anos e mais, segundo estatuto da pobreza (%), 2010



Fonte: IOT, 2010



Avaliação da Implementação da ENRP-I

Índice de Desigualdade (Índice de Gini) (%), 2010



Fonte: IGP, 2010



Avaliação da Implementação da ENRP-I



8



Metodologia de Elaboração da ENRP II

- Atelier de lançamento do processo participativo para a elaboração da ENRP II...
- Relatórios sectoriais e temáticos produzidos pelos sectores;
- Encontros de trabalho, entrevistas e reuniões com diferentes instituições do Estado e parceiros de desenvolvimento....;
- Atelier de apresentação do Draft Preliminar ao Poder Local, Sociedade Civil Organizada, Parceiros de Desenvolvimento e ao Sector Privado;
- Atelier de consulta na Região Autónoma do Príncipe;



25-10-2014

9



Visão de Médio Prazo!

A visão de desenvolvimento de médio prazo, circunscrito ao período de 2012-2016, inspira-se no cenário optimista "tá há só cá dá tã" do Estudo Nacional de Perspectivas de Longo Prazo (NLTPS), segundo o qual "S. Tomé e Príncipe dispõe de oportunidades de sucesso para um desenvolvimento económico e social harmonioso, mediante a valorização racional dos esforços e potencialidades internas, bem como da cooperação bilateral e multilateral,



10



Objectivos estratégicos de desenvolvimento a médio prazo 2012 - 2016



Eixos estratégicos



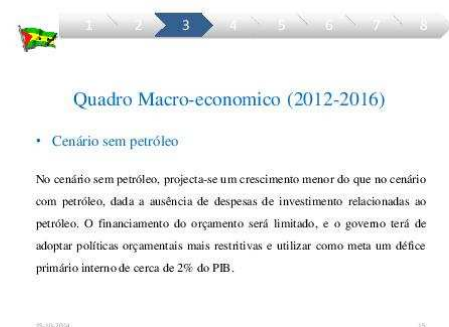
25-10-2014

11

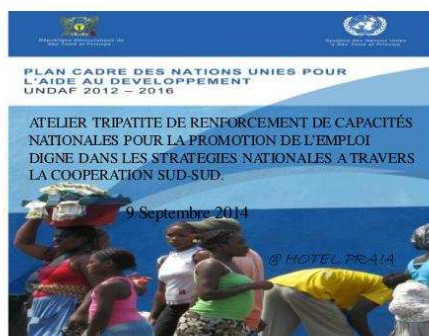


• Cenário com petróleo

No cenário com petróleo, o crescimento deverá subir para 6% até 2014 e em seguida disparar com o início da produção/exportação petrolífera, enquanto a inflação deverá baixar para um dígito. Espera-se que o governo estabilize o défice primário interno em cerca de 3% do PIB até 2016, em linha com o financiamento disponível, enquanto o défice da conta corrente deverá declinar.



15/10/2014



PLAN DE PRESENTATION:

- I- Agences signataires de l'UNDAF 2012-2016
- II- ARTICULATION DE L'UNDAF
- III- DOMAINES DE L'UNDAF 2012-2016
- IV- PARTENARIAT
- V- Mobilisation de Ressources
- VI- DISPOSITIF INSTITUTIONNEL DE COORDINATION DE L'UNDAF
- VII- OPTION DE L'UNCT
- VIII- CONSTATIONS

Agences signataires de l'UNDAF 2012-2016



ARTICULATION DE L'UNDAE.



DOMAINES DE L'UNDAF 2012-2016



Domaine 1: Promotion de la bonne gouvernance, de la consolidation de l'État de Droit et du renforcement des institutions

EFFET UNDAF:

D'ici 2016, les institutions de nationales au niveau central et local, mettent davantage en œuvre, les règles et principes de bonne gouvernance des affaires publiques en vue de la consolidation de l'État de Droit.

AXES DU DSRP I

1. Réforme des institutions publiques, renforcement des capacités et promotion d'une politique de bonne gouvernance
2. Mécanisme de suivi, d'évaluation et d'actualisation de la stratégie.

DOMAINE DE
COOPERATION

1. Renforcement des capacités nationales à garantir la transparence et la redevabilité dans la gestion du secteur public
2. Amélioration de la qualité du service public et de la gouvernance locale
3. Renforcement des institutions judiciaires et de l'administration générale de la justice et du leadership institutionnel
4. Réduire les disparités entre genres en appuyant les efforts du gouvernement visant à réduire l'écart entre les genres dans le marché du travail et la discrimination socioculturelle

DOMAINE 2: Promotion de nouvelles opportunités de croissance, le développement des activités génératrices de revenus, la création d'emplois, et la sécurité alimentaire

EFFET UNDAF 2:

D'ici 2016, les populations, notamment les jeunes et les femmes, ont davantage accès aux ressources productives en vue de la réduction de leur vulnérabilité

AXES DU DSRPI

1. Croissance accélérée et redistributive.
2. Création d'opportunités d'augmentation et de diversification des revenus pour les pauvres

DOMAINES DE COOPERATION

1. Amélioration des capacités de planification du développement et de la gestion des programmes
2. Renforcement des efforts du Gouvernement pour faire face aux inégalités économiques structurelles
3. Opérationnalisation et mise en œuvre de stratégies existantes
4. Amélioration des systèmes de protection sociale
5. Promotion du commerce comme facteur de réduction de la pauvreté.

Domaine 3: Réduction de la vulnérabilité et amélioration des conditions de vie des populations en améliorant leur accès aux services sociaux de base

EFFET UNDAF 3:

D'ici 2016, les populations les plus vulnérables utilisent davantage les services sociaux de base

AXES DU DSRPI

Développement des ressources humaines et accès aux services sociaux de base.

DOMAINES DE COOPERATION

1. Appui accentué à l'éducation des pauvres et des groupes vulnérables
2. Renforcement du système national de santé
3. Amélioration de l'accès à l'eau potable et l'assainissement
4. Renforcement de la protection sociale.

DOMAINE 4: Environnement et la gestion des risques de catastrophes.

EFFET UNDAF 4:

D'ici 2016, le Gouvernement et les districts, ainsi que les populations adoptent des techniques et comportements favorables à un environnement durable et assurent une meilleure prévention et gestion des risques et catastrophes naturelles

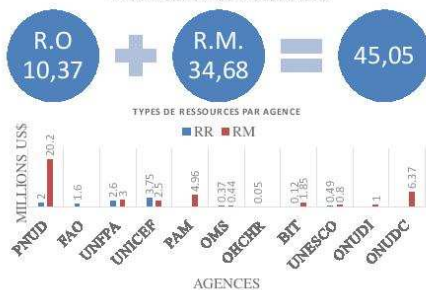
AXE DU DSRPI

1. Création d'opportunités d'augmentation et de diversification des revenus pour les pauvres.
2. Une croissance accélérée et distributive

DOMAINES DE COOPERATION

1. Elaboration d'un cadre de durabilité de l'environnement
2. Coordination de l'institutionnalisation des questions relatives aux changements environnementaux et climatiques
3. Renforcement du système de réponse aux catastrophes et la gestion des risques
4. Sensibilisation et l'animation d'un dialogue national autour de ces questions.

Mobilisation de Ressources

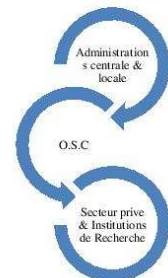


PARTENARIAT

Appui/ conseils

Plaidoyer

Renforcement des Capacités



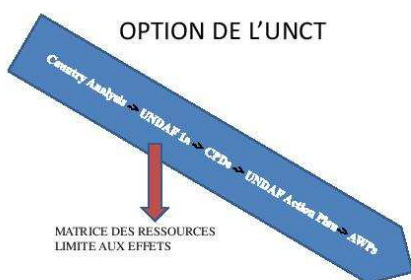
COOPERATION SUD-SUD

PRIORITES NATIONALES

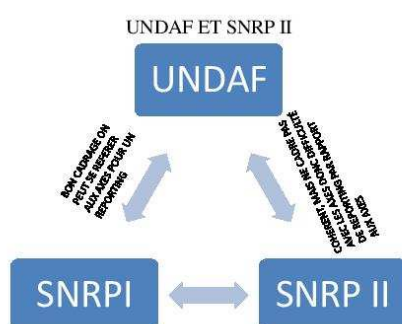
DISPOSITIF INSTITUTIONNEL DE COORDINATION DE L'UNDAF



DISPOSITIF TRES LOURD INOPERATIONNEL. ACTUELLEMENT SEULS TROIS GROUPES THEMATIQUES AU LIEU DE QUATRE.



CONSTATIONS



MECANISME DE COORDINATION ET DE SUIVI EVALUATION

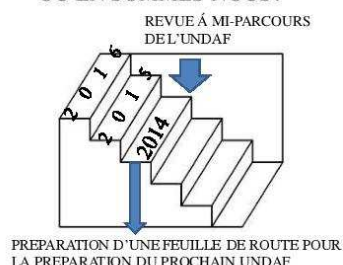
1. MECANISME DE COORDINATION INOPERATIONNEL

2. ABSENCE DES AGENCES NON RESIDENTES POUR LE REPORTING

3. FAIBLE SYNERGIE ENTRE LES AGENCES TANT RESIDENTES QUE NON RESIDENTES ET LES PARTENAIRES AU DEVELOPPEMENT

4. MECANISME DE SUIVI-EVALUATION DE LA SNRPII & DE L'UNDAF PARTIELLEMENT OPERATIONNEL: Avec la création récente des groupes thématiques élargis aux partenaires nationaux de mise en œuvre de l'UNDAF

OU EN SOMMES-NOUS?



ACET EFFET.....

LE SECRETAIRE GENERAL DES NATIONS UNIES Mr. Ban Ki-moon RAPPEL QUE : "Through the UNDAF, the UN is combining our efforts to deliver better results." (15 August 2013)

ET DONC

NECESSITE D'UN MEILLEUR ENGAGEMENT DU GOUVERNEMENT DANS LE PROCESSUS UNDAF DU DEBUT JUSQU'A LA FIN.

Apresentação do Programa País de Promoção do Trabalho Decente (PPTD)

15/10/2014

Apresentação do PPTD de São Tomé e Príncipe

Atelier « CEB Toolkit »

São Tomé - Hotel Praia - de 8 a 10 Setembro 2014

Paul Ningini,
Chargé de Programmes au BIT/Yaoundé

Estrutura da apresentação

- 0 – Breves notas de enquadramento global
- I – Processo de elaboração
- II – Principais desafios de São Tomé
- III – As respostas nacionais
- IV – Prioridades do PPTD
- V – Modalidades de implementação
- VI – Ponto de situação desde a assinatura do PPTD em Maio de 2013

o- Relembrando... (1)

- Saída de conflitos armados
- Reconstrução pós-conflitos
- Desemprego/ Sub-emprego
- Precaridade alimentar, saúde, educação, habitação, etc.



o- Relembrando... (2)

- **BIT recebeu o mandato para apoiar os estados na implementação das recomendações de OUAQ 2004**
 - Apoiar CER + país (ateliês regionais e nacionais)
 - Comitês nacionais
 - Planos de ação nacionais
 - Programas país para o trabalho decente (PPTD) 2006 – para reduzir os apoios ad-hoc em favor de um quadro coerente para a coligação baseada nos resultados
- **Agenda do trabalho decento (ATD), 2007-2015**
 - PPTD como estratégia para a sua realização
- **Declaração sobre a justiça social para uma globalização justa, 2008**

o- Relembrando... (3)

Crise financeira

- Sobrepopulação de produtos para exportação, diminuição do volume de negócios e da margem bruta das empresas
- O agravamento do desemprego e do subemprego
- A insegurança exacerbada, saúde, educação, habitação, alimentação, etc
- Comprometimento dos ODM
- Risco elevado de diminuição da ajuda pública ao desenvolvimento
- Paz social ameaçada.
- Etc.



9 iniciativas conjuntas, coerentes e coordenadas para preparar o futuro

- Financiamento adicional para os mais vulneráveis
- Segurança alimentar
- Comércio
- Economia verde
- Pacto mundial para o emprego (PPTD)**
- Piso de protecção social
- Estabilidade social e segurança alimentar
- Tecnologia e inovação
- Seguimento e análise

I. Processo de elaboração e conteúdo do PPTD

I.1- Processo de elaboração do PPTD em São Tomé e Príncipe

Reduzir os apoios ad-hoc beneficiando de um programa coerente de colaboração baseado nos resultados.

Consultas descentralizadas: 3 fases

1. Estudo de viabilidade do PPT em Fevereiro de 2011

- Escutar as perspectivas do concelho
- Estabelecer os pontos de contacto

2. Plano de elaboração do trabalho digno em São Tomé e Príncipe

- Identificar os indicadores de sucesso dos documentos
- Analisar as prioridades, as capacidades, as dificuldades e as necessidades dos municípios envolvidos
- Identificar os eixos prioritários do PPTD

3. Formatação do PPTD

- Hierarquia das prioridades
- Elaborar um projecto de documento quadro de concelho
- Validar o projecto em vista do respeito pelo princípio da qualidade do PPT
- Validação do documento para a nível nacional (projecto aprovado)

Assinatura

I.2- Conteúdo do PPTD de São Tomé e Príncipe 2013-2016

Contexto

- Duas prioridades
- 5 resultados
- Produtos e actividades não exaustivos
- Indicadores de medição
 - Plano de execução
 - Modalidades de implementação
 - Modalidades de seguimento e avaliação
- Anexos

II- Principais desafios de São Tomé e Príncipe

II.1- Desafios socioeconómicos (1)

Estruturalmente, São Tomé e Príncipe enfrenta vários desafios que tornam o desenvolvimento difícil, entre os quais:

- Nível elevado da dívida externa
- Baixa diversificação económica
- Nível de educação limitada, falta de acesso ao nível secundário apesar de quase 100% das crianças estarem matriculadas no ensino primário
- Fraco desempenho do sector agrícola (17% do PIB, emprega mais de 60% da população activa - agricultura de subsistência)

II.1- Desafios socioeconómicos (2)

- Custo elevado do isolamento estimado em 14% do PIB, principalmente das áreas gerais de transporte marítimo e aéreo, energia e telecomunicações
- Baixa produção do tecido industrial, apenas 7% do PIB
- Custos elevados de energia
- Recursos humanos pouco qualificados
- **Baixas capacidades de administração pública**
- **Distorção dos indicadores socioeconómicos** - o poder de compra, o desemprego, a criminalidade, a exclusão, etc.
- **Níveis de pobreza elevados** (5,3% em 2001 e 66% em 2010)

II.2-Desafios do Trabalho digno (1)



- Incapacidade do Estado para reformar o mercado de trabalho e da economia, difficultades na luta contra o desemprego galopante
- Ausência de uma política de emprego e de programas de emprego para os jovens, difficultades de integração dos jovens no mercado de trabalho
- Incapacidade do sector privado para fornecer oportunidades de emprego adequadas para os jovens, grupo mais vulnerável da população, o que pode, no futuro, comprometer a estabilidade política e a prosperidade económica

II.2-Desafios do Trabalho digno (2)



- O sistema de protecção social actual não responde suficientemente aos desafios que o país enfrenta em termos de pobreza absoluta, de nutrição, de desemprego dos jovens e de vulnerabilidade das mulheres
- Ausência (deficiências na recolha, processamento e produção) de dados confiáveis para melhorar a tomada de decisão

II.2-Desafios do Trabalho digno (3)

- São Tomé e Príncipe ratificou 21 convenções da OIT, dentre estas, as oito Convenções Fundamentais
- Baixa aplicação e adaptação da legislação nacional às convenções ratificadas
- Idade mínima de entrada no emprego foi fixada nos 18 anos, mas o trabalho infantil persiste



II.2-Desafios do Trabalho digno (4)

- Atraso na submissão dos relatórios de implementação das convenções
- Apesar da existência das instituições que facilitam o diálogo social, o Governo tem uma posição mais forte por causa da baixa capacidade das organizações sociais
- Ausência de uma representação do BIT em São Tomé e Príncipe
- Etc.



III. Respostas nacionais

III.1- Estratégia do Governo

- Na ENRP-II 2012-2016
 - A criação de emprego é invocada como a forma mais rápida e eficaz para superar os níveis de pobreza. Convém salientar que **a falta de emprego é citada como a causa principal de pobreza** em São Tomé e Príncipe.

- No Programa do XIV Governo Constitucional
 - O desenvolvimento económico para o emprego de qualidade é reconhecido como central para as políticas estratégicas de desenvolvimento em São Tomé e Príncipe.



III.2- Apoios do SNU/BIT (1)

PRREP – Programa regional para a promoção do emprego nos PALOP

- O PRREP tinha como principal objectivo apoiar o crescimento do emprego e de actividades geradoras de rendimento através: i) do reforço da capacidade interna para a concepção e implementação de políticas nacionais de emprego; ii) a adequação da formação profissional às necessidades das actividades económicas.
- A criação e implementação do Centro de Formação Profissional do Budo-Budo é um dos principais resultados deste programa abrangente. Hoje, o Centro continua a ser uma entidade de referência no domínio da formação profissional em São Tomé e Príncipe.

III.2- Apoios do SNU/BIT (2)

PRODIAL – Programa de promoção do diálogo social

- O apoio da OIT para a implementação das actividades do Conselho Nacional de Concertação Social deu um impulso inicial para promover e sistematizar o diálogo tripartido, até agora só alcançado de forma ad hoc em momentos de crise. O Conselho mantém as suas actividades apesar da falta de recursos humanos e materiais.

III.2- Apoios do SNU/BIT (3)

PROSOCIAL – Programa para o desenvolvimento da protecção social

- **Objectivo:** apoiar a estruturação de um quadro jurídico de protecção social e a reestruturação da gestão da Segurança Social
- **Principais resultados:**
 - Conjunto de propostas legislativas disponível (a sua apropriação no sistema jurídico nacional é desejável)
 - Reestruturação do Instituto Nacional de Segurança Social e a prestação de um conjunto de instrumentos de orientação e gestão.

III.2- Apoios do SNU/BIT (4)

IPEC: "Conscientização e Apoio à Implementação do Plano de Acção Global para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil até 2016"

- **Objectivo:** apoiar as iniciativas dos mandantes tripartidos na luta contra o trabalho infantil, incluindo a erradicação das suas piores formas até 2016
- **Principais resultados:**
 - Elaboração e implementação de um plano de acção
 - Reforço das capacidades institucionais
 - Elaboração da lista de trabalhos perigosos para as crianças

III.2- Apoios do SNU/BIT (5)

Formações específicas

- Vários representantes dos mandantes tripartidos, mulheres empreendedoras, pessoal técnico do sector do emprego, etc., receberam inúmeras e significativas formações locais e no CIF/OIT (Turim). Infelizmente, não há nenhum mecanismo previsto de acompanhamento para as pessoas formadas, de disseminação ou duplicação da formação recebida para criar e ampliar o seu impacto.

III.2- Apoios do SNU/BIT (6)

No UNDAF 2012-2016, os desafios relativos ao trabalho decente são os seguintes:

- Procura de medidas para melhorar o acesso da população aos serviços jurídicos, através do reforço da capacidade das instituições judiciais e da administração geral da justiça
- Redução da disparidade de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho entre homens e mulheres
- Melhoria da renda das populações vulneráveis, através da promoção de actividades geradoras de rendimento, e
- Concepção de sistemas eficazes de protecção social para os grupos mais vulneráveis.

IV. Prioridades do PPTD de São Tomé e Príncipe 2013-2016

Prioridade nº 1 : Promover o emprego digno para homens e mulheres, especialmente dirigido aos jovens

- ✦ Melhorar a empregabilidade dos jovens (homens e mulheres) através do reforço das capacidades do sistema nacional do ensino técnico e profissional
- ✦ Reforçar as capacidades do Serviço Público de Emprego
- ✦ Aumentar as oportunidades de emprego, incluindo através do desenvolvimento do sector do empreendedorismo



Prioridade nº 2: Reforçar as capacidades dos mandantes tripartidos em diálogo social para melhorar a aplicação das Normas Internacionais do Trabalho (NIT)

- ✦ Adaptar os quadros institucionais e regulamentares de acordo com as Convenções ratificadas
- ✦ Reforçar as capacidades dos mandantes tripartidos para lhes permitir exercer melhor as suas funções de representação e de defesa dos interesses dos seus membros para um diálogo social construtivo



V. Modalidades de implementação (1)

- ✦ O Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais vai exercer o papel legítimo do governo na supervisão geral do processo de implementação e mobilização de recursos.
- ✦ Criação da CTT cujas atribuições são:
 - Coordenar a implementação do PPTD
 - Assistir e criar condições para que cada parte interessada participe de forma ideal para alcançar os resultados para os quais se espera a sua contribuição
 - Desempenhar um papel de liderança no processo de mobilização de recursos domésticos, bilaterais e multilaterais.



V. Modalidades de implementação (2)

- ✦ A CTT trabalhará em estreita colaboração com as partes interessadas com o apoio técnico do BIT.
- ✦ O Conselho Nacional de Concertação Social apoiará o Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais no seu papel de supervisão.
- ✦ **Seguimento e Avaliação** Relatório de actividades da CTT de meio percurso e no final do ciclo de programação será realizada uma avaliação do PPTD conduzida pelo BIT e pelos mandantes tripartidos.



VI. Ponto de situação após a assinatura



- ✦ Um atelier de apropriação e de lançamento da implementação
- ✦ Sugestão de um roteiro de orientação para a implementação de uma Comissão Técnica tripartida
- ✦ Auditoria estratégica para o desenvolvimento da CCIA
- ✦ Formações *in situ* para os representantes das organizações sindicais
- ✦ Formação no CIF/OIT (Turim) para os mandantes tripartidos
- ✦ Plano de acção para a luta contra o trabalho infantil
- ✦ Estudo sobre a discriminação relacionada com o género em matéria de salários
- ✦ Formação para a integração do emprego nas estratégias nacionais
- ✦ Ponto focal do BIT ao nível do escritório da Coordenação em curso.



Anexo 5 – Resultados dos Trabalhos de grupo do 2º Dia

GRUPO I: A. Criação de Emprego e Desenvolvimento de Empresas A.5 Promoção do Empreendedorismo e de um contexto favorável às empresas

# QUESTÃO	SIM	NÃO	OBS
5.1		X	CONSTA DA ENRP II
5.3	X		UNDAF > Legislação/Contrato/Ambiente Negócios ENRP > Ambiente Negócios
5.2		X	ENRP > Quantidade e não Qualidade
5.4	X		UNDAF > Reforço Capacidade ENRP > Sector Exportação
5.5		X	
5.6	X		Micro -Finanças
5.7		X	
5.8		X	
5.9	X		UNDAF/ENRP
5.10		X	
5.11		X	
CONCLUSÕES: 1) Das 11 partes/ questões analisadas 4 estão alinhadas. Logo os documentos de estratégia de desenvolvimento não tomaram adequadamente em consideração o trabalho decente. 2) Esta avaliação (Toolkit) é uma oportunidade para re-orientar as intervenções a nível do Trabalho Decente nos instrumentos de Estratégia Nacional.			

GRUPO II: B. Proteção Social B.1 Segurança Social

# QUESTÃO	SIM	NÃO	OBS
1.1	X		3.13, 3.14
1.2	X		3.22, 3.25
1.3	X		3.13, 3.14, 3.22, 3.25
1.3.1	X		3.13 (Estratégia em curso com o apoio da UNICEF, lei 7/2004, falta ser regulamentada)
1.3.2	X		3.13, 3.22
1.4	X		
1.4.1	X		3.05, 3.15, 3.22
1.4.2		X	
1.4.3	X		3.05, 3.09
1.5	X		3.09, 3.17, 3.18
1.6	X		3.25, 3.22
1.7		X	
1.8		X	
1.9		X	
1.10		X	
1.11		X	

GRUPO III: C. Direitos e Normas do Trabalho*C.4 Eliminação do Trabalho Infantil*

# QUESTÃO	SIM	NÃO	OBS
4.1	X		3.26 e 3.23
4.2	X		Produto 3.5
4.3	X		Produto 3.25 e 3.10
4.4	X		Produto 3.10
Como?			
4.5.1	X		Produto 3.10
4.5.2	X		Produto 3.10

GRUPO IV: D. Governança e Diálogo Social*D.1 Promoção da boa governação: direito e instituições do trabalho*

# QUESTÃO	SIM	NÃO	OBS
1.1	X		
1.2	X		
1.3		X	
1.4			
1.4.1		X	
1.4.2		X	
1.4.3		X	
1.4.4		X	
1.4.5		X	
1.4.6	X		
1.4.7		X	
1.4.8		X	
1.4.9		X	
1.4.10		X	
1.4.11	X		
1.4.12	X		
1.5		X	
1.6	X		
1.7		X	
1.8		X	
1.9		X	
1.10		X	
1.11		X	
CONCLUSÕES:			
1) Os pontos assinalados, embora não estejam contemplados no plano UNDAF, já vêm sendo aplicados ao nível Nacional.			
2) É necessário a criação de um Tribunal de Trabalho.			

15/10/2014



**A aplicação do Guia Prático ao
UNDAF 2012-2016 de São Tomé
e Príncipe – *Análise e
Conclusões***

Organização Internacional do Trabalho (OIT)
São Tomé | Hotel Praia | 9 de Setembro de 2014

Guia Prático: aplicação ao nível nacional

Para o caso de STP

2. Documentos “de apoio”

1. Documentos principais



3. Análise e conclusões da aplicação do Guia Prático ao UNDAF

4. Resultado dos trabalhos deste atelier – orientações para programas conjuntos

Aplicação do Guia Prático ao UNDAF STP (1)



Aplicação do Guia Prático ao UNDAF STP (2)

Resultados UNDAF 2012-2016	Relação ENRP II 2012-2016	Relação PPTD 2013-2016*
Efeito 1	EIXO 1	PRIORIDADE 2/ Resultados 2.1 e 2.2
Efeito 2	EIXO 2	PRIORIDADE 1/ Resultados 1.1, 1.2 e 1.3
Efeito 3	EIXO 3 EIXO 4	
Efeito 4	EIXO 2	

Aplicação do Guia Prático ao UNDAF STP (3)

Formação de uma gestão com a integração da empresa e do trabalho docente no LACAD 2012-2016 / Dêis Teyssé e Priscila

Anexo I. Lista de perguntas e respostas do Guia Prático

[illegible]

LINDAE e Trabalho decente: como reforçar?

Normas	• Reforço a importância do cumprimento das leis e compromissos laborais • Adequação da lei e legislação nacional aos compromissos internacionais assumidos • Reforço da importância das condições de trabalho
Emprego	• Economia informal • Empreendedorismo • Economia rural e Empregos verdes • Comércio justo • Cadeias de valor (incluindo Turismo) • Jovens • Responsabilidade social das empresas • Formação • Eliminação do Trabalho Infantil
Proteção Social	• Trabalhar o sistema de proteção social como um todo e para todos
Governança e Diálogo Social	• Promoção do diálogo social como forma de reforço dos direitos humanos (reforço tripartismo e necessário envolvimento com a sociedade civil)

Questões transversais: gênero, igualdade e não discriminação, migração, dados estatísticos

Anexo 7 – Resultados dos Trabalhos de grupo do 3º Dia: Esboço de possíveis programas conjuntos

GRUPO I: Empreendedorismo/ Formação

PROGRAMA 1	Empreendedorismo/ Formação
Pilar/Efeito UNDAF:	2. Promoção de novas oportunidades de crescimento, desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento, criação de emprego e segurança alimentar
Parceiros Nacionais:	1. MECF. MSAS. Sector Privado. APCI. MJD 2. MSAS/INPG. MJD. MTCL. ONG'S 3. MSAS/INPG. ONG'S. MECF 4. MINECC. MPF. MSAS. MJD. MTCL. ONG's
Agências SNU:	1. OIT. PNUD. UE. BM. BAD. 2. Cooperação Bilateral – Lux, Portugal, Brasil 3. OIT. PNUD 4. PNUD/FNUAP. UE. OIT. BM. BAD. Cooperação Bilateral
PROBLEMAS:	– Ausência de políticas e mecanismos de operacionalização das políticas – Centralização de Instituições de Formação – Desigualdade de acesso e oportunidades – Financiamento
ELEMENTOS:	
Estratégia	---
Resultados	1.1 Jovens sensibilizados /orientados/capacitados para empreender. 1.2 Pelo menos 2 Incubadoras de Empresas no País. 2.1 Instituições de Formação Profissional criadas em função das potencialidades das regiões e localidades. 2.2 Criação de formações à distância (através dos Centros que já existem). 3. Criação de actividades geradoras de rendimento para Mulheres e Jovens. 4. Criação de mecanismos de financiamento para projectos de jovens empreendedores.
Zonas de intervenção	---
Observação: A numeração de 1 a 4 tem uma correspondência directa de ponto para ponto.	

GRUPO II: Eliminar o Trabalho Infantil através da Protecção Social

PROGRAMA 2	Eliminar o Trabalho Infantil através da Protecção Social
Pilar/Efeito UNDAF:	3. Redução da vulnerabilidade e melhoria das condições de vida das populações através da melhoria do acesso aos serviços sociais de base Produto 3.22 e 3.23
Parceiros Nacionais:	Governo, Empregadores e Trabalhadores, ONG'S
Agências SNU:	UNICEF. OIT. PNUD. PAM. Banco Mundial
PROBLEMAS:	– Extrema Pobreza/ Erradicação do Trabalho Infantil é necessário
ELEMENTOS:	
Estratégia	– Desenhar e implementar um programa de transferência monetária condicionada para as famílias em extrema pobreza, denominado - Programa de Apoio a Famílias em Extrema Pobreza. – Implementação do Plano de Acção contra o Trabalho Infantil – Elaboração de um plano de monitorização para fazer seguimento desta acção
Resultados	Até 2016, pelo menos 30% das famílias em extrema pobreza estarão abrigadas pelo Programa de Apoio a Famílias em Extrema Pobreza, sendo 100% das crianças destas famílias cobertas pelo programa livres do trabalho infantil
Zonas de intervenção	A cobertura destas intervenções será ao nível nacional após a identificação dessas famílias

GRUPO III: Diálogo Social/ Fiscalização – “advocacy”

PROGRAMA 3	Diálogo Social/ Fiscalização
Pilar/Efeito UNDAF:	1. Promoção da boa governação, consolidação do Estado de Direito e reforço das instituições Produtos 1.2, 1.3, 1.4, 1.6 e 1.13.
Parceiros Nacionais:	Governo, os Sindicatos, Empregadores e Sociedade Civil Organizada/ONG's e Tribunal de Contas
Agências SNU:	Todas as agências acreditadas em STP
PROBLEMAS:	– Fortalecimento do diálogo entre os parceiros sociais; – Integração e implementação das políticas sociais; – Disponibilização e acesso às informações
ELEMENTOS:	
Estratégia	– Capacitação dos parceiros sociais/ ONG's – Advocacia para adoção e implementação de políticas em matéria de formação profissional, legislação laboral, serviço mínimo nacional, plano de acção de trabalho infantil, protecção e segurança alimentar, fiscalização da acção governativa
Resultados	Parceiros sociais sensibilizados e instituições do diálogo social capacitados e funcionais
Zonas de intervenção	Nacional/ Regional/ Local

Anexo 8 – Cooperação Sul-Sul e Triangular na CPLP. Próximos passos. O sítio “cebtoolkit.org”

15/10/2014



Cooperação Sul-Sul e Triangular na CPLP
Próximos passos
O *sítio* « cebtoolkit.org »

Organização Internacional do Trabalho (OIT)
São Tomé | Hotel | Praia | 10 de Setembro de 2014

Cooperação Sul-Sul

- Mecanismo para promoção da partilha de conhecimentos e informações entre países em desenvolvimento, a partir de boas práticas em matéria de políticas e programas de desenvolvimento social e económico.
- Este processo de partilha de experiências entre países assenta em:
 - (a) interesse prévio dos países envolvidos; e
 - (b) a adaptação das experiências à realidade de cada país.

Os princípios elementares da Cooperação Sul-Sul

- **Esforço comum dos povos e países do Sul**
- **Expressão de solidariedade Sul-Sul** e uma estratégia baseada numa maior autonomia e sustentabilidade dos países do Sul, assente nos seus objetivos comuns e solidariedade mútua
- Rege-se pelos interesses e demandas dos países do Sul (prioridades definidas pelos países receptores da cooperação)
- É um **complemento à cooperação Norte-Sul** e não pretende a substituição, mas a busca de pontos de convergência

Cooperação Triangular

- Modalidade de cooperação na qual um parceiro do Norte apoia a cooperação entre dois ou mais países do Sul.
- Esta modalidade tem vindo a ser muito incentivada pela ONU e suas agências especializadas, fundos e programas com vista a aprofundar os fluxos de apoio técnico e financeiro.
- **Parceiros do Norte:** boas práticas, conhecimentos, metodologia e tecnologias de um ou mais parceiros do Norte são utilizadas conjuntamente com apoio financeiro, em iniciativas de cooperação com os países do Sul.

Alguns exemplos de **Cooperação Sul-Sul e Triangular** no âmbito da CPLP



Exemplos

- Centro de Informação em Proteção Social
- Declaração Bipartida de Brasília
- Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III
- A parceria entre sindicatos lusófonos para a implementação do Programa **ECOAR** nas escolas dos PALOP, financiado pela ABC, com o apoio técnico do IPEC, que teve início em 2008

Exemplos

- O apoio a acções para cumprir a meta de eliminar as piores formas de trabalho infantil nos países Lusófonos de África até 2015, através da cooperação triangular, que envolveu ABC, USDOL e os **PALOP**, implementado de Dezembro de 2010 a Dezembro de 2012
- A **Declaração Conjunta dos Estados membros da CPLP para a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil**
- Estudo sobre a aplicação das **Convenções n.º 138 e n.º 182** da OIT e suas recomendações na legislação nacional dos estados membros da CPLP

Próximos passos

- Quais poderão ser os próximos passos, tendo em conta os resultados deste atelier?



Guia Prático: aplicação ao nível nacional

Para o caso de STP

2. Documentos "de apoio"



3. Análise e conclusões da aplicação do Guia Prático ao UNDAF

1. Documentos principais



4. Resultado dos trabalhos deste atelier – orientações para programas conjuntos

Como aceder ao toolkit?

Directamente a partir da plataforma, utilizando um endereço de correio electrónico das Nações Unidas



Apresentação da plataforma para a integração do Trabalho Decente

<http://cebtoolkit.ilo.org>

1. Apresentação das temáticas
2. As páginas web por Agência
3. Auto-avaliação utilizando o Guia prático, por Agência
4. O Guia prático e o UNDAF

OBRIGADA

Contactos Lurdes Viegas:

viegas@ilo.org

Contactos Joana Borges:

bjorgans_ilo@gmail.com | skype: joanabh

Anexo 9 – Apresentação de exemplos de boas práticas pela delegação de Cabo Verde

Apresentação do Representante do Governo – Dr. João Carvalho

O Sistema de Protecção Social constituído pela Segurança Social que por sua vez tem dois regimes: contributivo e não contributivo, Sistema de Pensões acompanhado pelo Centro Nacional das Pensões e uma outra parte da Protecção Social virada para os acidentes e doenças do trabalho. A Segurança Social, em Cabo Verde, é gerida pelo Instituto Nacional de Previdência Social – INPS. A protecção social virada para o seguro dos acidentes de trabalho, de carácter obrigatória, é gerida pelas companhias seguradoras.



A Inspeção-geral do Trabalho é responsável pela fiscalização. Assim, têm-se empenhado no reforço da capacidade inspetiva a fim de acompanharem a dinâmica da sociedade.

Portanto, acredita que, também, no âmbito da cooperação com a Inspeção Geral do Trabalho de São Tomé e Príncipe, que já está a dar os primeiros passos, torna-se necessário reforçar as capacidades da Inspeção-geral do trabalho de

São Tomé e Príncipe a fim de cumprir as suas várias atribuições, entre as quais: trabalho infantil, segurança, higiene e saúde no trabalho, principalmente na vertente da eliminação dos acidentes de trabalho, a questão da legislação sobre seguro dos acidentes de trabalho.

No âmbito da cooperação sul-sul poderia pensar-se numa convergência normativa de toda a legislação virada para a protecção social, entre São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e outros países e a continuação do reforço da cooperação com a Direção Geral do Trabalho.

Apresentação do Representante dos Trabalhadores – Dr. José Manuel Vaz

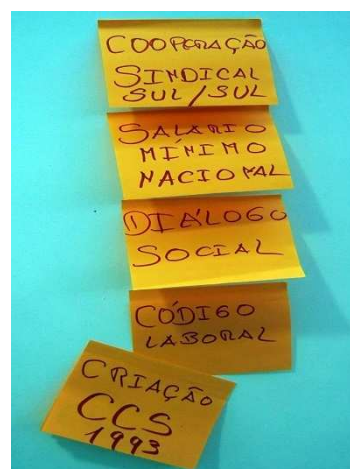
O Diálogo Social é um dos aspetos muito importantes da vida laboral dos nossos países.

A exigência do diálogo social surgiu em Cabo Verde, da necessidade de alterar o Código Laboral, da fixação do salário mínimo e da proposta da OIT relativamente à cooperação sindical sul-sul.

Apelou para o desenvolvimento da Cooperação Sindical sul-Sul e solicitou a colaboração das Nações Unidas, particularmente da OIT para o desenvolvimento dessa cooperação;

O Código laboral cabo-verdiano ainda está em discussão mas os sindicatos têm jogado um papel crucial na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Em relação ao salário conseguiram a partir de Janeiro de 2014, com a finalidade de eliminar a injustiça salarial que existia em Cabo Verde.



Apresentação da Representante dos Empregadores – Dra. Dinastela Curado

- Introdução da disciplina de empreendedorismo nos programas do ensino técnico do ensino formal, com o apoio da ONUDI. Os programas já estão elaborados e os professores estão a ser capacitados.
- No ensino profissional destaca-se a introdução de uma ferramenta da OIT denominada CLE (fomento do empreendedorismo nas instituições de formação profissional).
- Existe, em Cabo Verde uma instituição ADEI – Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação que tem uma rede de incubadoras de empresas a nível do País. Podem cooperar neste âmbito com São Tomé e Príncipe. No entanto, também existem incubadoras nas universidades.



- Programa GERME (que também existe no PPTD de São Tomé e Príncipe), com apoio da OIT, que contribui para o desenvolvimento do espírito empreendedor e também para o empoderamento dos jovens e das mulheres empreendedoras. Considerando a experiência de Cabo Verde neste programa e os bons resultados que vem obtendo, poderia ser uma das áreas a explorar.
- Financiamento: Criação de um Fundo para a promoção do emprego e da formação- FPEF. Têm uma parceria com um banco e três beneficiários, nomeadamente: (i) as Instituições de formação; (ii) bolsas de estudo para jovens que querem fazer uma formação profissional (50%, 75% ou a 100%, em dependência do nível de vida e do rendimento familiar do candidato; (iii) financiamento de microprojectos dos jovens.
- Criação de um regime jurídico para micro e pequenas empresas, pois têm características diferentes.
- No referente à problemática do Trabalho Infantil, tem havido várias actividades com os parceiros sociais. Os Empregadores tiveram a iniciativa de, em conjunto com os outros parceiros e a sociedade civil, elaborar, o “Código de ética do Turismo contra a exploração sexual da criança e do adolescente”. Já foi validado e publicado e está a ter muitas adesões. Poderá ser uma experiência importante para São Tomé e Príncipe.
- Ainda no âmbito do trabalho infantil, evoluíram de uma estrutura tripartida para quadripartida, alargando o âmbito, também, para as ONGs, tendo em conta a sua inserção no meio rural. Assim, o Conselho Nacional para Erradicação do Trabalho Infantil é quadripartido. Isto poderá ser uma experiência que São Tomé e Príncipe também poderá adoptar.

Anexo 10 – Discursos de encerramento

Representante da Região Autónoma do Príncipe (breves palavras) (Transcrição)

Boa tarde a todos e todas
Excelentíssimo Sr. Representante das Nações Unidas,
Excelentíssimo Sr. Diretor Interino da OIT
Senhores e senhoras,

Em nome de todos os participantes, gostaria agradecer a presença dos convidados de Cabo Verde e também nós da Ilha do Príncipe, tendo em conta a descontinuidade geográfica, agradecer pela realização deste grande evento.

Gostaria, também de apelar que se tenha também em consideração a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. O instrumento foi agora aplicado ao UNDAF e nós gostaríamos que o mesmo fosse feito também com a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.

Aproveito a oportunidade para convidar, uma vez que São Tomé e Príncipe é um país único e muitas pessoas não conhecem a Ilha do Príncipe, para convidar alguns presentes neste Atelier que ainda não conhecem a ilha do Príncipe a visitá-la. Apelamos, também, ao Representante das Nações Unidas e a OIT que pelo menos, uma vez, pensassem em realizar esses eventos na Região Autónoma do Príncipe. Sabemos que os custos são elevados mas, faz falta pois somos um país único.

É tudo e muito obrigada.

Representante da delegação de Cabo-Verde (Transcrição)

Boa tarde a todos e todas,
Excelentíssimo Sr. Representante das Nações Unidas,
Excelentíssimo Sr. Diretor Interino da OIT,
Excelentíssimo Sr. Representante do sindicato de São Tomé e Príncipe,
Senhores e senhoras
Caros e caras colegas de trabalho

Em nome dos meus colegas da delegação de Cabo Verde, cabe-me dirigir umas rápidas palavras de agradecimentos por nos terem feito participar neste *atelier* tripartido para reforço das capacidades nacionais para a promoção da integração de emprego digno e da Estratégia nacional, através da cooperação sul-Sul. Esperemos que com a nossa contribuição na apresentação das boas práticas de Cabo Verde na implementação do trabalho decente que podemos ter contribuído na promoção de uma boa governação e na consolidação dos direitos e reforços das instituições de São Tomé e Príncipe, promovendo nova oportunidade de crescimento e desenvolvimento e também de actividades geradoras de rendimento e emprego para um futuro que desejo ser próximo. Que as nossas contribuições possam ajudar na redução da vulnerabilidade e melhoria das condições de vida da população em geral e em particular dos trabalhadores, através da melhoria das condições de trabalho visando essencialmente a promoção do trabalho decente, enquadrado através do fortalecimento da cooperação Sul-Sul. Queremos dizer-vos, com isso, que adoramos estar aqui em São Tomé e Príncipe durante estes três dias, partilhando experiências, levando também algumas experiências vossas que poderão ser de alguma forma implementadas no nosso País, e queremos, claro está, depois de sairmos de aqui, de alavancar os nossos respectivos países. Não poderia terminar, esta breve intervenção, sem agradecer, de forma geral, o convite feito a Cabo Verde, através da minha pessoa enquanto

Inspetor Geral do Trabalho, da Dra. Dinastela em representação dos empregadores e o Sr. José Vaz na representação da Associação Sindical de Cabo Verde, estarmos aqui de forma tripartida e que assim, possa ter ajudado na partilha dos nossos conhecimentos. E também, claro está, agradecer também a O.I.T pelo facto de tornar possível a nossa presença em São-Tomé e Príncipe partilhando e recebendo conhecimentos.

Termino, assim, agradecendo a todos, as Nações Unidas, a OIT, a todos aqui presentes, a São Tomé e Príncipe em geral, por ter-nos possibilitado esta partilha de conhecimentos.

Muito Obrigado pela vossa atenção.

Director interino do EAT/BP OIT Yaoundé (Transcrição)

Exma. Senhora Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais
Exmo. Senhor Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas,
Senhores representantes das organizações dos empregadores,
Senhores representantes das organizações dos trabalhadores
Prezados colegas do sistema das Nações Unidas,
Ilustres membros da delegação de Cabo-Verde,
Senhores representantes das ONGs e da sociedade civil
Distintos convidados
Minhas senhoras e meus senhores

Antes de mais, permitam-me, expressar em nome do Bureau Internacional do Trabalho, a os agradecimentos a todos os participantes, que com sua presença, contribuíram decisivamente para o sucesso deste atelier, certamente, para que daqui resulte uma maior atenção ao compromisso assumido pelos Estados-membros da OIT e pelos Programas, Agências especializadas e Fundos das Nações Unidas para integrar de forma comprometida e sistemática e o emprego e o trabalho digno nas suas políticas, estratégias e programas.

Gostaria também de agradecer a Senhora Ministra da Saúde e dos Assuntos Socais a Sra. Dr^a. Maria Tomé de Araújo, pela importância que atribui e o apoio que dispensou e pela sua honrosa presença nas cerimónias de abertura e de encerramento deste pequeno, mas importante evento.

Ao Senhor Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas pelo estímulo e incentivo que concedeu a todo este processo, particularmente na sua fase de preparação.

As Senhoras, Directora Geral do Trabalho e Directora da Cooperação do Ministério dos Assuntos Sociais que num louvável exercício conjunto de interação e coordenação, facilitaram todo o processo organizativo deste *atelier* contribuindo a assegurar uma participação honrosa de funcionários e quadros de diferentes ministérios e instituições.

Aos Senhores, José Manuel Vaz, Secretário Geral da Confederação Cabo-verdiana de Sindicatos Livres (CCSL), Dinastela Curado, Vice-Presidente da Associação Comercial do Sotavento (ACS) e João Carvalho, Inspetor Geral do Trabalho – Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos pelos valiosos ensinamentos que transmitiram e pelas vossas contribuições ao processo de consolidação do intercâmbio económico, científico, tecnológico, cultural entre Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe tal como ele é defendido e veiculadao pela Organização Internacional do Trabalho.

Aos prezados colegas das Agências-irmãs da Nações Unidas pelo empenho demonstrado e tempo disponibilizado para participar neste *atelier*.

Finalmente, gostaria de agradecer a equipa da OIT, a Joana, a Lurdes e o Paul, que podem estar orgulhosos de ter correspondido ao desafio que lhes foi apresentado.

Julgo expressar o sentimento de todos os participantes, se afirmar que este desafio foi conseguido, quer pela sensibilidade demonstrada pelos representantes do Governo, dos parceiros sociais e os agentes da sociedade civil quer ao nível dos resultados concretos obtidos nos trabalhos de grupo com o exercício de aplicação do Guia prático ao Plano Quadro de Assistência ao Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDAF). De forma consensual, mas resultante de um debate crítico, foram escolhidos os três áreas, a saber, “o empreendedorismo, a protecção social e a observação da actividade governativa” que serão tratadas como prioritários, no quadro de programas conjuntos a serem desenvolvidos no quadro das Nações Unidas e para os quais recursos deverão ser mobilizados de forma solidária.

Apesar destes resultados, que são, sem dúvida, importantes, este *atelier* produziu outros resultados, tanto, ou porventura ainda mais importantes como reforço da colaboração entre a OIT e outras Agências do Sistema das Nações no espírito do “One UN” e a construção de maior confiança e interação entre a OIT e o Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais para um melhor implementação do nosso quadro de cooperação traduzido no Programa-país para o Trabalho Digno (PPTD).

Que este *atelier* seja, com toda a força dos resultados que alcançámos, “apenas” o primeiro passo para um apropriação total do guia e da agenda do trabalho digno.

Antes de terminar gostaria também de agradecer sinceramente a todos aqueles que discretamente contribuíram ao sucesso dos nossos trabalhos. Refiro-me a ao secretariado e ao protocolo do atelier, aos interpretes, a administração e pessoal do hotel Praia, aos motoristas, aos técnicos de som, etc..

Aos nossos ilustres convidados de Cabo Verde e ao membros da delegação do Príncipe restamos desejar-vos umboa viagem de regresso.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas (Transcrição)

*Colegas das Nações Unidas e convidados de Cabo Verde
Organizações sindicais, de empregadores e ONGs*

Eu tive o privilégio de sentar algumas horas convosco. Este privilégio deu-me a sensação de algumas vezes de sentir-me trabalhista, penso que alguns colegas de sindicato ou quem trabalhou com os sindicatos sabe o que estou a referir. Quando ouvi os colegas a falarem sobre o emprego e empregabilidade deu-me a sensação que há um grande poder de advocacia nesta sala. Ontem tive o privilégio de estar sentado numa mesa onde vi uma senhora que salvo erro ser a dirigente da proteção social do país a defender com unhas e dentes, a advogar a proteção social e isso deu-me coragem porque mostra que há elementos importantes em que nós todos devemos nos concentrar, porque o emprego e empregabilidade é um dos passos importantes para o crescimento de São Tomé e Príncipe. Dirigentes do país me perguntaram se eu podia caracterizar a prioridade principal de São Tomé e Príncipe em relação ao desenvolvimento. Eu disse-lhes, em poucas palavras, trinta mil empregos ou postos de trabalho. Somente isso. E perguntei se gostariam que eu pudesse elaborar e elaborei. É claro que trinta mil postos de trabalho, não é possível de se conseguir assim de um momento para outro, nem num ano nem em dois! Mas o problema está em que os nossos institutos, escolas, instituições académicas

debitam no mercado de trabalho nada mais nada menos que mil ou mil e cem graduados cada ano, a partir do ano transacto. O que fazer com eles? E essa era a minha pergunta.

Então, tive de facto a oportunidade de ouvir, reconhecendo muitas vezes as dificuldades que as instituições e técnicos têm de trabalhar; e eu gostaria de agradecer ao governo por ter respondido positivamente a este desafio que nós lançamos. Pois poder parar um bocado, um pouco, do nosso dia-a-dia. Realmente representa um sacrifício. Quando vocês voltarem aos vossos departamentos, secretárias ou computadores irão encontrar um volume de actividades que gostariam de não encontrar, mas têm que encontrar. E de facto, isto cria para mim, um outro motivo. Ao estarem aqui, durante estas 48 horas, vocês criaram inspiração, ficaram alguns de vocês mais inspirados. É preciso começarmos, a pensar, cada vez mais nessa área.

Gostaria de agradecer ao Senhor Diretor da OIT por ter tido a iniciativa de organizar esta atividade que é relevante para São Tomé e Príncipe, pois desafiou-nos a nós todos, as agências a fazer o mesmo, porque os desafios não são só os que foram aqui discutidos e debatidos e há mais. Levantamos agora a barra de qualidade, no sentido de que as agências possam por também exercícios comuns como este, no sentido de cada um de nós podermos discutir as outras áreas sociais e as outras áreas de importância e relevância ao país. E eu penso que esta perspetiva comum que podemos trazer à mesa é um exemplo.

Gostaria igualmente de agradecer os participantes de Cabo Verde, Senhor Inspetor, Doutora e o secretário-geral do sindicato, visto que nos mostraram com a vossa presença que a cooperação Sul-Sul é viável; deram uma valiosa contribuição, eu pude ver e assistir as vossas determinadas intervenções durante os vários momentos e eu penso que os resultados aqui obtidos, muito vêm da vossa contribuição, que inspirou e vai inspirar, sobretudo, nos passos seguintes, a pensar de uma forma inovadora, provavelmente não igual a Cabo Verde mas uma que se adapte a São Tomé e Príncipe e que possa, realmente, criar umas respostas as aspirações dos jovens e da sociedade são-tomense e do Príncipe. Gostaria também de agradecer aos parceiros sociais e os parceiros de diferentes instituições pela relevante contribuição e participação ao longo dos trabalhos. Quis-me parecer e desta vez pude confirmar que o conhecimento do nosso UNDAF é relativo, e eu vou ser diplomático. No entanto, nós assumimos, lá do nosso local de trabalho que toda a gente sabe o que é o UNDAF, quais são os desafios do UNDAF; quais os efeitos, mas a realidade não é essa. Portanto há um trabalho muito forte que temos que realizar e eu penso que este exercício trouxe essa realidade ao de cima, e também trouxe-nos mais perto uns dos outros. Isto é fundamental.

O atelier revestiu-se de uma importância particular, pois os resultados serão importantes nos próximos passos de planificação que vamos realizar. Dentro de meses teremos que começar todo um processo, não só de avaliação da Estratégia nacional de Redução da Pobreza que vos foi apresentada, e, aí teremos que responder àquilo que dizíamos que iríamos fazer e provavelmente, aprendermos deste exercício, aquilo que devemos mudar ou melhorar no sentido de começar todo um processo de 2017 a 2012. Um outro resultado não menos importante, foi o reforço de colaboração. Muitas vezes nós esquecemos que vocês existem! Só nos encontramos nas reuniões. Fora das reuniões, não há diálogo e aqui ouvi muito a palavra concertação social. Esta concertação muitas vezes falha, porque, pensamos, muitas vezes, que é uma via. É múltipla. Tem de ser de todos nós. Quando nós não vamos à vossa casa, vocês venham à nossa. Puxem por nós, digam que vocês estão cá para podermos discutir. O mesmo com os colegas do Governo, visto que, e se prova que, muitas vezes assinamos os papéis, concordamos com aquilo que está lá escrito, mas quando vamos a fazer, esquecemos daquilo que concordamos.

E quando vamos verificar se fizemos ou não, em vez de trabalharmos em comum, começamos a criticar uns aos outros e isso não é bom.

E então, temos que aprender com esta oportunidade, de olharmos de uma forma positiva, e a forma positiva foi encontrada. Eu penso que o meu colega Idrissa mostrou que se formaram três grupos temáticos e nesses grupos temáticos, a integração dos parceiros de implementação bem como os parceiros tripartidos da OIT bem como as ONGs deviam participar, não só por uma questão de transparência mas por uma questão de se atingir resultados. E isso é muito importante. Enfim, para finalizar, eu gostaria de agradecer, novamente, os organizadores, e em particular a facilitadora, pelo dinamismo, apesar do seu estado, bem como o secretariado, bem como todos os outros que ajudaram a criar este evento, pois ele não só representa trabalho completo para hoje, mas realmente deixa-nos com mais responsabilidade e que somente juntos poderemos criar uma agenda que realmente represente trabalho digno no país e eliminação do trabalho infantil.

Muito obrigado a todos e uma boa tarde.

Anexo 11 – Fotos

Cerimónia de abertura – vários momentos | Dia 1 - 08.Setembro.2014



Foto de família | Dia 1 - 08.Setembro.2014



Apresentações & Participantes | Dia 1 - 08.Setembro.2014



Apresentações & Trabalhos de Grupo | Dia 2 - 09.Setembro.2014



GRUPO 1 - EMPREENDEDORISMO/FORMAÇÃO

PROBLEMAS	RESULTADOS	Atividades	P. Nacional	Agências
Políticas e Mecanismos de Racionalização das políticas	Jovens sensibilizados para empreendedores para o país Pelo menos 2 incubadoras de empresas no país	Efeito 2	MECE/MSAS Setor Público	OT/PMO/VE
Centralização de Instituições de FORMAÇÃO	Instituições de formação profissional criadas em nível das regiões e localidades	2	AREV/HSD MSAS/MSD HSD ONG's MECE	Cooperativas Bancos Banco
Desigualdade de acesso e oportunidades	Criação de atividades geradoras de renda - projeto para Mulheres jovens	2	MSAS/ IAPG ONG's MECE	OT/PMO
Financiamento	Criação de mecanismos de financiamento de projetos de jovens empreendedores	2	MECE MSAS HSD HSD ONG's	PMO/PMO VE OT/OT PMO/BAI Cooperativas

Nota lateral: - criação formação a distância (através das redes e já existe) (Resultado p/ 2º problema)

Título proposto: Grupo 2
Eliminar o WII através da PS

① Alinhamento UNDAF: CEB 3
Produto: 3.22 e 3.23

② Parceiros nacionais:
- Governo, empregadores e sindicatos, ONG's

③ Programas: UNDAF, OIT, PMO e BAI e Banco Mundial

④ Problema(s) a resolver:
- Redução da extrema pobreza
- erradicação do WII e ~~redução~~ necessário:
- desenvolver e implementar um programa de Transferência Condicionada para as famílias em extrema pobreza, de modo a: Proporção de apoio as famílias em extrema pobreza.

⑤ Implementação do Plano de ação contra o WII

⑥ Resultados
- até 2016, pelo menos 30% das famílias em extrema pobreza estarão abrangidas pelo programa de apoio a P. e a WII, podendo, sendo 100% das crianças destas famílias cobertas pelo programa
- a cobertura destas intervenções será a nível nacional após a identificação dessas famílias
- elaboração de 1 plano de monitorização p/ fazer o seguimento da ação.
- 1st. ano
- 2nd. ano
- 3rd. ano
- 4th. ano
- 5th. ano
- 6th. ano
- 7th. ano
- 8th. ano
- 9th. ano
- 10th. ano
- 11th. ano
- 12th. ano
- 13th. ano
- 14th. ano
- 15th. ano
- 16th. ano
- 17th. ano
- 18th. ano
- 19th. ano
- 20th. ano
- 21st. ano
- 22nd. ano
- 23rd. ano
- 24th. ano
- 25th. ano
- 26th. ano
- 27th. ano
- 28th. ano
- 29th. ano
- 30th. ano
- 31st. ano
- 32nd. ano
- 33rd. ano
- 34th. ano
- 35th. ano
- 36th. ano
- 37th. ano
- 38th. ano
- 39th. ano
- 40th. ano
- 41st. ano
- 42nd. ano
- 43rd. ano
- 44th. ano
- 45th. ano
- 46th. ano
- 47th. ano
- 48th. ano
- 49th. ano
- 50th. ano
- 51st. ano
- 52nd. ano
- 53rd. ano
- 54th. ano
- 55th. ano
- 56th. ano
- 57th. ano
- 58th. ano
- 59th. ano
- 60th. ano
- 61st. ano
- 62nd. ano
- 63rd. ano
- 64th. ano
- 65th. ano
- 66th. ano
- 67th. ano
- 68th. ano
- 69th. ano
- 70th. ano
- 71st. ano
- 72nd. ano
- 73rd. ano
- 74th. ano
- 75th. ano
- 76th. ano
- 77th. ano
- 78th. ano
- 79th. ano
- 80th. ano
- 81st. ano
- 82nd. ano
- 83rd. ano
- 84th. ano
- 85th. ano
- 86th. ano
- 87th. ano
- 88th. ano
- 89th. ano
- 90th. ano
- 91st. ano
- 92nd. ano
- 93rd. ano
- 94th. ano
- 95th. ano
- 96th. ano
- 97th. ano
- 98th. ano
- 99th. ano
- 100th. ano

Título PROPOSTO: Diálogo Social / Fiscalização

Objetivo: Promover de boa governação, consolidação do Estado de Direito e Reforço das instituições.

Problemas a resolver:
- Aumento da participação social, integração e implementação das políticas sociais;
- Despolitização e acesso às instituições.

Parceiros nacionais: Governo, Os Sindicatos, Empregadores e Sociedade civil organizada/ONG's

Produtos: 1.2, 1.3, 1.4, 1.6, 1.13

Agências envolvidas:
- TODAS as Agências internacionais acreditadas em S.T.P.

Resultados:
PARCELOS SOCIAIS sensibilizados e instituições do Diálogo Social capacitadas e funcionais

Zonas de Intervenção:
⇒ Nacional
⇒ Regional
⇒ Local

Atividades:
- Atividade para apoiar e implementar de políticas e em matéria de formação profissional, legislação laboral, sistema nacional, plano de ação de trabalho infantil, proteção e segurança alimentar e fiscalização da ação (organização) institucional.

